

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Relatório Anual do Agente Fiduciário

2003

3ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis

BRASIL TELECOM S.A.



Abril/2004

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2004

**Aos
Senhores Debenturistas**

Na qualidade de agente fiduciário da 3ª emissão de debêntures da **Brasil Telecom S.A.** apresentamos a V.S.as. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 28, de 23 de novembro de 1983 e na Escritura de Emissão .

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas informações fornecidas pela Emissora, demonstrativos contábeis e controles internos deste Agente Fiduciário.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da companhia emissora; na Pavarini DTVM, na Comissão de Valores Mobiliários e na instituição que liderou a colocação das debêntures.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pavarini.com.br.

Atenciosamente,

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agente Fiduciário

Emissora

Denominação social	BRASIL TELECOM S.A.
Endereço da sede	SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal
CNPJ	76.535.764/0001-43
Diretor de Relações com Investidores	Carla Cico Tel 61-415-1901 Fax 61-415-1237 Ccico@brasiltelecom.com.br
Atividade	Exploração do serviço telefônico fixo comutado
Situação	Operacional
Controle acionário	Privado nacional
Auditor independente	KPMG Auditores Independentes
Jornais onde a Cia. divulga informações	Diário Oficial da União - DF Gazeta Mercantil - ed.nacional Jornal De Brasília - DF

Características da Emissão

Código BOVESPAFIX	BRTO- D31
Código SND	BRTO13
Código ISIN	BRBRTOBS026
Distribuição	PÚBLICA
Distribuição - Início	20/12/02
Distribuição - Encerramento	23/12/02
Rating	Fitch: AA(bra) 12/11/02 Standard & Poor's: brAA 11/11/02
Repactuação	Não há
Status da Emissão	ATIVA
Status da Emissora	ADIMPLENTE

Título	Debêntures não conversíveis
Registro na CVM	CVM/SRE/DEB/2002/047 de 19/12/02
Coordenador	Banco Santander S.A.
Forma	Nominativa Escritural
Espécie	Garantia quirografária
Emissão / séries	Terceira / Única
Autorizações	RCA de 4 de novembro de 2002
Data de emissão	01 de dezembro de 2002
Data de vencimento	01 de dezembro de 2004
Data da próxima repactuação	Não há
Quantidade de títulos da emissão	40.000
Valor nominal na data de emissão	R\$ 10.000,00
Valor total da emissão	R\$ 400.000.000,00

Preço de subscrição	As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, ao qual somar-se-á o valor resultante da aplicação da variação de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI sobre o Valor Nominal Unitário, pro rata temporis no período a contar da Data de Emissão até a data da subscrição das Debêntures
Forma de integralização	À vista, no ato da subscrição
Remuneração	109% DI
Amortização	Final
Pagamento de juros	01 de junho e 01 de dezembro de cada ano
Resgate antecipado	a partir do 6º (sexto) mês, mediante pagamento de prêmio de 0,5% e aviso com antecedência de 20 dias
Agente fiduciário	Pavarini DTVM Ltda.
Banco mandatário e escriturador	Banco Bradesco S.A.
Negociação e Custódia	BOVESPAFIX-SND / CBLC-CETIP
Publicidade	Diário Oficial da União - DF Gazeta Mercantil - ed.nacional Jornal De Brasília - DF
Assembléia de debenturistas	Todas as deliberações da Assembléia de Debenturistas serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos presentes, exceto nos casos em que a deliberação tiver por objetivo alterar as condições (i) de Remuneração e (ii) de Data de Vencimento das Debêntures, que dependerão de aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos presentes à Assembléia de Debenturistas, observadas as disposições previstas no artigo 71, §5º da Lei nº 6.404/76, a respeito do quorum mínimo legal.

Posição das Debêntures

Data	Emitidas	Adquiridas pela Emissora	Resgatadas pela Emissora	Canceladas	Em Tesouraria	Em Circulação
01/12/02	40.000	-	-	-	-	-
31/12/02	40.000	-	-	-	-	40.000
31/01/03	40.000	-	-	-	-	40.000
28/02/03	40.000	-	-	-	-	40.000
31/03/03	40.000	-	-	-	-	40.000
30/04/03	40.000	-	-	-	-	40.000
31/05/03	40.000	-	-	-	-	40.000
30/06/03	40.000	-	-	-	-	40.000
31/07/03	40.000	-	-	-	-	40.000
31/08/03	40.000	-	-	-	-	40.000
30/09/03	40.000	-	-	-	-	40.000
31/10/03	40.000	-	-	-	-	40.000
30/11/03	40.000	-	-	-	-	40.000
31/12/03	40.000	-	-	-	-	40.000

Destinação dos Recursos

Os recursos auferidos pela EMISSORA com a colocação das Debêntures, depois do pagamento das devidas despesas de emissão das Debêntures, foram destinados a investimentos para expansão e modernização da planta no ano de 2003.

Garantia

As Debêntures são da espécie quirografária. **A BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 02.570.688/0001-70 obriga-se para com os Debenturistas como fiadora e principal pagadora da EMISSORA, renunciando, neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados.

Covenants

A EMISSORA obriga-se a respeitar os seguintes limites e índices financeiros, a serem verificados trimestralmente:

- a) Na data do último balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da EMISSORA e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,25;
- b) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da EMISSORA não poderá ser superior a 3,25;
- c) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório entre Dívida Consolidada e Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 0,60.

Definições:

"EBITDA" significa o somatório sem duplicidade (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) da depreciação e amortizações consolidadas ocorridas no mesmo período e (iii) das Despesas Financeiras deduzidas das receitas financeiras, descontados (iv) o resultado não operacional e (v) outras receitas e despesas operacionais.

"Dívida Consolidada" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da EMISSORA junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, bem como valores pagos a acionistas em decorrência de resgate de ações realizados pela EMISSORA e a venda ou a cessão de recebíveis presentes ou futuros, com ou sem a coobrigação da EMISSORA.

"Despesas Financeiras Consolidadas" significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras,

fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas com hedge, despesas com arrendamento mercantil, despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações.

EBITDA	31/12/03	30/09/03	30/06/03	31/03/03
Resultado Antes Tributação/participações	(328.452)	302.482	121.197	123.349
Depreciação E Amortização	2.206.422	2.097.721	2.076.814	2.041.069
Despesas Financeiras	1.393.565	1.394.114	1.514.176	1.436.208
Receitas Financeiras	302.563	274.833	293.914	249.953
Resultado Não Operacional	(469.045)	(141.541)	(142.595)	(136.967)
Outras Receitas Operacionais	270.362	242.929	251.328	268.785
Outras Despesas Operacionais	485.315	162.871	155.529	152.090
EBITDA	3.652.970	3.580.967	3.465.069	3.370.945
DÍVIDA CONSOLIDADA				
Empréstimos E Financiamentos CP	572.139	649.609	580.863	577.640
Debêntures CP	1.418.137	1.023.783	658.240	133.873
Empréstimos E Financiamentos LP	1.735.563	1.814.722	1.918.130	2.085.155
Debêntures LP	910.000	1.310.000	1.700.000	2.200.000
DÍVIDA CONSOLIDADA	4.635.839	4.798.114	4.857.233	4.996.668
DESPESAS FINANCEIRAS CONSOLIDADAS				
Despesas Financeiras	1.393.565	1.394.114	1.514.176	1.436.208
Juros Sobre Capital Próprio	246.200	450.794	450.794	490.794
DESPESAS FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	1.147.365	943.320	1.063.382	945.414
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	6.662.844	6.974.064	6.886.608	6.837.477
EBITDA / DESP FIN CONSOLIDADAS > 2,25	3,18	3,80	3,26	3,57
DÍVIDA CONSOLIDADA / EBITDA < 3,25	1,27	1,34	1,40	1,48
DÍVIDA CONSOLIDADA / (DÍVIDA CONSOLIDADA + PATRIMÔNIO LÍQUIDO) < 0,60	0,41	0,41	0,41	0,42

Resgate Antecipado

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de todas ou parte do total das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data do resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, até a data do efetivo pagamento do resgate, acrescido de prêmio de reembolso. Para os fins do disposto no presente item, o prêmio de reembolso aplicável no caso de resgate antecipado das Debêntures será equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do resgate, proporcional ao prazo em dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,5\%$$

Onde: P = Prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento das Debêntures D = quantidade de dias corridos entre a data de 1º de junho de 2003 (correspondente ao período de 6 meses após a Data de Emissão) e a Data de Vencimento das Debêntures.

A EMISSORA deverá comunicar os Debenturistas acerca do resgate antecipado das Debêntures, na forma prevista nesta Escritura, no mínimo 20 (vinte) dias corridos antes do efetivo resgate das Debêntures.

Na hipótese de resgate antecipado de parte do total das Debêntures em circulação, o resgate ocorrerá mediante sorteio, na presença do Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo primeiro do art. 55 da nº Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis, sendo certo que, ocorrendo resgate parcial, deverão permanecer em circulação no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures colocadas durante o prazo de distribuição pública caso contrário, o resgate deverá ser total.

Repactuação

Não haverá repactuação.

Eventos e Pagamentos Programados

R\$/debênture

Data	Parcela	Amortização	Parcela	Juros	Status
01/06/03	-	-	1	1.276,654146	Pago
01/12/03	-	-	2	1.181,038021	Pago
01/06/04	-	-	3	-	-
01/12/04	1/1	10.000,00	4	-	-

Eventos Legais e Societários

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 23 de abril de 2003

Deliberações: Colocadas em discussão as matérias objeto da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o seguinte: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1 – Com base no Parecer dos Auditores Independentes e no Parecer do Conselho Fiscal, os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos e com abstenção de votos dos acionistas representados pelos Srs. André Carvalho Teixeira, Ana Marta A. L. Pitta de Gouveia Bodra e Flávio de Haro Sanches, deliberaram por aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, documentos esses referentes ao exercício encerrado em 31.12.2002, publicados no dia 21 de março de 2003, nas edições dos Jornais Gazeta Mercantil, Jornal de Brasília, Valor Econômico e Diário Oficial da União. 2 – Passando à apreciação da Proposta da Administração relativa à destinação do Lucro Líquido do Exercício, realização de parcela da Reserva de Lucros a Realizar, constituição da Reserva Legal e a Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), referentes ao exercício de 2002, bem como sobre a reserva de retenção de lucros, os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos e com abstenção de votos dos acionistas representados pelos Srs. André Carvalho Teixeira, Ana Marta A. L. Pitta de Gouveia Bodra e Flávio de Haro Sanches, aprovaram integralmente a proposta apresentada, inclusive a imputação dos Juros sobre o Capital Próprio aos dividendos de que trata o art. 202 da Lei 6404/76. O valor dos Dividendos/JSCP atribuídos às ações ordinárias é de R\$ 125.218.579,69 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos) e de R\$ 150.733.920,31 (cento e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, novecentos e vinte reais e trinta e um centavos) às ações preferenciais. Os Dividendos/JSCP ora aprovados serão pagos dentro do prazo previsto pelo § 3º do artigo 205 da Lei 6404/76. O saldo remanescente do lucro líquido ajustado, no montante de R\$ 93.461.398,99 (noventa e três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos), permanecerá retido na conta de lucros acumulados para financiar o programa de investimentos da Companhia. Em ato contínuo os acionistas aprovaram a Proposta do Orçamento de Capital do Exercício de 2003, no valor mínimo de R\$ 1.821.945.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e um milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais). 3 – Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos e com abstenção de votos dos acionistas representados pelos

Srs. André Carvalho Teixeira, Ana Marta A. L. Pitta de Gouveia Bodra e Flávio de Haro Sanches, decidiram eleger como membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária do ano de 2004 o Sr. Luiz Otavio Nunes West, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 1.178.095, expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 146.745.485-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, nº 231/ 28º andar (parte), como membro titular; e Sr. Augusto Cezar Calazans Lopes, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 09752473-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.980.307-92, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, nº 231/ 28º andar (parte), como respectivo suplente; Sr. Gilberto Braga, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 04722037-1, emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 595.468.247-04, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, nº 231/ 28º andar (parte), como membro titular; e Sr. José Rubem Marques Costa, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 6658 – OAB – BA, inscrito no CPF sob o nº 114.584.035-91, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Ezequiel Pondé, 162, Apto. 11, como respectivo suplente. Sr. Estácio de Sá, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 2971257-29, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 400.251.605-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179/1º andar (parte), Jardim Paulistano, como membro titular; e Sr. Luiz Fernando Cavalcanti Trocoli, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 921055-56, expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.415.695-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Engenheiro Adhemar Fontes, nº 254/501, Edifício Puerto Month – Pituba, como respectivo suplente. O Presidente deu aos titulares de ações preferenciais sem direito a voto o direito de eleger, mediante votação em separado, um membro efetivo e respectivo suplente, conforme o disposto no art. 161, § 4, alínea “a”, da Lei nº 6.404/76, abstendo-se o acionista Brasil Telecom Participações S.A. e os demais acionistas presentes na Assembléia e detentores de ações ordinárias, de votar em relação a esta matéria. Na forma do mencionado dispositivo legal, reuniram-se os titulares de ações preferenciais sem direito a voto e escolheram, por unanimidade, como membro efetivo o Sr. Jorge Michel Lepeltier, brasileiro, contador, CPF/MF nº 070.190.688-04, carteira de identidade nº 3.919.557, domiciliado à Rua Martinico Prado, 401 - Aptº 62 - Higienópolis - São Paulo – Capital e, por maioria, o Sr. Bruno Constantino Alexandre dos Santos, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do RG nº 08423725-4 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.027.267-76, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Rua Capitão Jomar Breta, 44, Barra da Tijuca, para o cargo de suplente. O voto vencido do acionista BNDESPAR para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal foi dirigido ao Sr. Fabio Pereira de Mattos. Os acionistas reconhecem que a eleição do membro do Conselho Fiscal e de seu respectivo suplente pelos acionistas preferencialistas foi realizada com a exclusão do acionista controlador de forma direta ou indireta. 4 – Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos e com abstenção de votos dos acionistas representados pelos Srs. André Carvalho Teixeira, Ana Marta A. L. Pitta de Gouveia Bodra e Flávio de Haro Sanches, deliberaram por eleger membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em complementação de mandato, nos termos do artigo 150 da Lei 6.404/76. Foi eleita a Sra. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim, brasileira, casada, economista, portadora da Identidade nº 12.944, expedida pelo CORECOM/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 654.298.507-72, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), para ocupar o cargo de membro titular deste Conselho e para sua suplente a Sra. Danielle Silbergleid Ninio, brasileira, casada, bacharel em direito, portadora da Carteira de Identidade nº 09.896.765-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 016.744.087-06, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte); a Sra. Daniela Maluf Pfeiffer, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade nº 08046911-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.613.777-03, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), para ocupar o cargo de membro titular deste Conselho e para sua suplente a Sra. Fernanda Mamede Vidal Peckolt, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 88882 expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.555.387-08, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório à Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte); o Sr. Rodrigo Bhering Andrade, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 7.781 expedida pela OAB/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 116.834.368-22, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, 1º andar (parte), para ocupar o cargo de membro titular deste Conselho e para seu suplente a Sra. Beatriz Marques de Barros, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 112.547 expedida pela OAB/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 014.126.307-54, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro com escritório à Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte); o Sr. Gabriel Filipe Corrêa de Andrade, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, portador da carteira de identidade nº 10954331-4 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.002.387-77, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, 231, 28º andar (parte), para ocupar o cargo de membro suplente do Sr. Eduardo Seabra Fagundes e; o Sr. Paulo Roberto Welzel, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 02239981-0 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 125853007-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Presidente Wilson, 231, 28º andar (parte), para ocupar o cargo de membro suplente do Sr. Ricardo Wiering de Barros. Os Conselheiros ora eleitos declaram, expressamente, a teor do que dispõe o

art. 35, inciso II, da Lei 8.934/94, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei e que os impeça, sob qualquer forma, de exercer atividade mercantil. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1 – Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos e com abstenção de votos dos acionistas representados pelos Srs. André Carvalho Teixeira, Ana Marta A. L. Pitta de Gouveia Bodra e Flávio de Haro Sanches, deliberaram por aprovar, nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76, a remuneração global líquida dos Administradores no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), observados os critérios a seguir descritos: i) no montante global estão incluídos benefícios, ajudas de custo e Bônus da Diretoria ii) no montante global estão excluídos encargos trabalhistas e Plano de Outorga de Opção de ações; iii) a remuneração individual dos Conselheiros Fiscais será fixada pela administração da Companhia em, no mínimo, 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída à Diretoria estatutária da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. 2 - Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos e com abstenção de votos dos acionistas representados pelos Srs. André Carvalho Teixeira, Ana Marta A. L. Pitta de Gouveia Bodra e Flávio de Haro Sanches, deliberaram por reescrever o artigo 5º do Estatuto Social, para refletir o valor do Capital Social da Companhia, em decorrência dos aumentos de capital aprovados em 2003, o qual passa a ter a seguinte redação: “Art. 5º - O Capital Social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 3.373.097.341,75 (três bilhões, trezentos e setenta e três milhões, noventa e sete mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), representado por 545.166.139.940 (quinhentos e quarenta e cinco bilhões, cento e sessenta e seis milhões, cento e trinta e nove mil, novecentas e quarenta) ações, sendo 249.597.049.542 (duzentos e quarenta e nove bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e duas) ações ordinárias e 295.569.090.398 (duzentos e noventa e cinco bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, noventa mil e trezentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal”. Os acionistas autorizaram a diretoria da Companhia a efetuar todos os atos legais e societários para a implementação e consolidação do Estatuto Social de forma a refletir a alteração estatutária ora deliberada.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 08 de setembro de 2003

Deliberações: Colocada em discussão a matéria objeto da Ordem do Dia e prestados os esclarecimentos a respeito do entendimento de Comissão de Valores Mobiliários – CVM e consubstanciado no Ofício/CVM/SEP/GEA n. 3/342/03, devidamente complementado através do Ofício/CVM/SEP/GEA n. 3/345/03, os acionistas aprovaram por maioria de votos: 1 - a inclusão do Art. 28-A no Estatuto Social da Companhia, com a seguinte redação: “Art.28-A – Não poderão ser eleitos para o Conselho de Administração aqueles que (i) ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; ou (ii) tenham interesse conflitante com a Companhia”; 2 – a inclusão do Art. 47 no Estatuto Social da Companhia, com a seguinte redação: “Art. 47 – Os órgãos sociais da Companhia tomarão, dentro de suas atribuições, todas as providências necessárias para evitar que a companhia fique impedida, por violação do disposto no artigo 68 da Lei nº 9.472, de 16.07.97, e sua regulamentação, de explorar, direta ou indiretamente, concessões ou licenças de serviços de telecomunicações.”

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 16 de janeiro de 2004.

Deliberações: Colocadas em discussão as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o seguinte: 1 – Os acionistas decidiram aprovar, sem ressalvas e por unanimidade, a alteração dos limites contidos no artigo 24, inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 24 – Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: (...) VIII. autorizar a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da Companhia, cujo valor individual do bem seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor esse reajustado, a partir de 30 de setembro de 1999, com base na variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) ou, na falta deste, pelo índice que venha a substituí-lo. Parágrafo Único: O Conselho de Administração poderá delegar a qualquer membro da diretoria a competência para deliberar sobre o disposto no inciso VIII deste artigo, determinando ou não os limites de tais funções”. Os acionistas autorizaram ainda a diretoria da Companhia a efetuar todos os atos legais e societários para a implementação e consolidação do Estatuto Social de forma a refletir a alteração estatutária ora deliberada. 2 – Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos proferidos, deliberaram por eleger membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, em complementação de mandato ao cargo deixado vago pelo Sr. Estácio de Sá e de seu suplente, Sr. Luiz Fernando Cavalcanti Trocoli, nos termos do parágrafo único do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia. Foi eleito o Sr. Estácio Gonzaga de Sá, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 2971257-29, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 400.251.605-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179/1º andar (parte), Jardim Paulistano, como membro titular; e Sr. Luiz Fernando Cavalcanti Trocoli, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 921055-56, expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 14.415.695-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Engenheiro Adhemar Fontes, nº 254/501, Edifício Puerto Month – Pituba, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2004.

Avisos aos Debenturistas

Não houve publicação de avisos aos debenturistas em 2003.

Vencimento Antecipado

Não ocorreu qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão que pudessem tornar a emissão antecipadamente vencida.

PU's

Os valores calculados refletem nossa interpretação da escritura de emissão não implicando em aceitação de compromisso legal ou financeiro. Os PU's apresentados foram calculados "ao par", isto é, na curva de atualização e remuneração estabelecida na escritura de emissão. Outros agentes do mercado financeiro poderão apresentar valores diferentes dependendo da metodologia de cálculo aplicada. Em caso de dúvida de como os valores aqui apresentados foram apurados solicitamos entrar em contato para maiores esclarecimentos.

DATA	PU BRTO13 BRTO-D31 R\$	VALOR NOMINAL (VN) R\$	FATOR VARIÇÃO ACUMULADO (f1xf2x...xfj)	JUROS (JR) R\$	PRÓXIMOS EVENTOS J – REMUN A – AMORT
01/12/02	10.000,000000	10.000,00	1,00000000	0,000000	J = 01/06/2003
31/12/02	10.179,385212	10.000,00	1,01793852	179,385212	J = 01/06/2003
31/01/03	10.397,483214	10.000,00	1,03974832	397,483214	J = 01/06/2003
28/02/03	10.604,393624	10.000,00	1,06043936	604,393624	J = 01/06/2003
31/03/03	10.809,516867	10.000,00	1,08095169	809,516867	J = 01/06/2003
30/04/03	11.029,525738	10.000,00	1,10295257	1.029,525738	J = 01/06/2003
31/05/03	11.276,654146	10.000,00	1,12766541	1.276,654146	J = 01/06/2003
01/06/03	11.276,654146	10.000,00	1,12766541	1.276,654146	J = 01/06/2003
30/06/03	10.191,812663	10.000,00	1,01918127	191,812663	J = 01/12/2003
31/07/03	10.423,132962	10.000,00	1,04231330	423,132962	J = 01/12/2003
31/08/03	10.633,730739	10.000,00	1,06337307	633,730739	J = 01/12/2003
30/09/03	10.818,912835	10.000,00	1,08189128	818,912835	J = 01/12/2003
31/10/03	11.012,025825	10.000,00	1,10120258	1.012,025825	J = 01/12/2003
30/11/03	11.181,038021	10.000,00	1,11810380	1.181,038021	J = 01/12/2003
01/12/03	11.181,038021	10.000,00	1,11810380	1.181,038021	J = 01/12/2003
31/12/03	10.142,338456	10.000,00	1,01423385	142,338456	J = 01/06/2004

Desempenho da Emissora

(extraído do Relatório da Administração CVM/DFP 31/12/03 – R\$ mil)

Contexto Operacional

A BRASIL TELECOM S.A. ("Companhia") é uma concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") e atua na Região II do Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Essa área de 2.859.375 quilômetros quadrados, contemplada pelas concessões de telefonia local e de longa distância, corresponde a 34% do Território Nacional.

É uma sociedade controlada pela Brasil Telecom Participações S.A. ("BTP"), sociedade constituída em 22 de maio de 1998 em decorrência do processo de privatização do Sistema Telebrás.

Os negócios da Companhia, bem como os serviços que oferece e as tarifas que cobra são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

As informações referentes às metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado estão disponíveis para acompanhamento dos interessados na página eletrônica da ANATEL, no site www.anatel.gov.br.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na Securities and Exchange Commission – SEC dos EUA, tendo suas ações negociadas nas principais bolsas do País e seus ADR's na Bolsa de Valores de Nova Iorque – NYSE. A Companhia também integra o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Controladas da Companhia

Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular"): subsidiária integral constituída em dezembro de 2002, para atuar na prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), tendo autorização para atender a mesma área de cobertura em que a Companhia opera o STFC. Na data do balanço, a BrT Celular encontrava-se em fase pré-operacional, estando previsto para o primeiro semestre de 2004 o início de suas operações.

BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI"): subsidiária integral constituída em outubro de 2001, atua na prestação de serviços de internet e atividades correlatas. Principiou sua operação no início de 2002.

No decorrer do segundo trimestre de 2003, a BrTI realizou investimentos em participações de capital, como sócia ou quotista, passando a ter o controle das seguintes sociedades:

(i) Grupo BrT Cabos Submarinos (ex-GlobeNet)

Este grupo de empresas opera através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais. É composto das seguintes sociedades:

Brasil Telecom Cabos Submarinos do Brasil (Holding) Ltda. ("BrT CSH"): sociedade adquirida em 11 de junho de 2003, como parte do programa de compra do Grupo GlobeNet, aquisição previamente divulgada na data de 19/11/02, através de fato relevante.

Brasil Telecom Cabos Submarinos do Brasil Ltda. ("BrT CS Ltda."): sociedade adquirida em 11 de junho de 2003, na qual a BrTI exerce o controle direto e o controle total em conjunto com a BrT CSH, sendo mais uma parte do programa de compra do Grupo GlobeNet.

Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda"): sociedade constituída pelas leis de Bermudas, cuja transferência de recursos pela BrTI para integralização de capital ocorreu em 30 de maio de 2003, sendo também parte integrante do programa de compra do Grupo GlobeNet. A BrT SCS Bermuda, por sua vez, detém o total das ações da Brasil Telecom of America Inc. e da Brasil Telecom de Venezuela, S.A.

(ii) Grupo iBest

A BrTI mantém desde fevereiro de 2002 uma participação minoritária na iBest Holding Corporation ("IHC"), sociedade constituída nas Ilhas Caimãs. Devido à sucessão de vários atos societários ocorridos no mês de junho de 2003 na IHC e em suas sociedades controladas, a BrTI passou a exercer o controle do Grupo iBest, que é formado pelas principais sociedades: (i) iBest Holding Corporation; (ii) iBest S.A.; (iii) Febrão S.A.; e (iv) Freelance S.A.

O iBest foi constituído em janeiro de 1999, com o objetivo de organizar o Prêmio iBest, explorando comercialmente as receitas de publicidade advindas do evento. Em dezembro de 2001 ampliou suas atividades, quando passou a oferecer e concentrar suas operações no provimento de acesso discado à Internet.

O Setor de Telecomunicações

Ao longo do ano passado, as concessionárias de telefonia

fixa conferiram total primazia aos serviços de comunicação de dados, Internet e voz sobre IP, que apresentam as maiores taxas de crescimento do setor.

Vale destacar a ênfase dada aos serviços de acesso à Internet em alta velocidade que, além de otimizar a infra-estrutura já instalada, proporciona receitas adicionais. No Brasil, a oferta de serviços banda larga baseada na tecnologia ADSL atingiu cerca de 983 mil acessos em 2003, um crescimento de quase 100% em relação aos acessos do ano anterior.

A Brasil Telecom concentrou-se (i) no aumento da receita média por usuário, obtido com a oferta de novos serviços de voz e dados e com a criação de mecanismos de geração de tráfego, (ii) na redução de investimentos e (iii) na busca de eficiência operacional.

A planta em serviço das concessionárias de telefonia fixa alcançou 37,3 milhões de linhas ao final do ano, representando um crescimento vegetativo na comparação com as 37,0 milhões de linhas em serviço observadas em 2002. Esse desempenho decorre do pleno atendimento da demanda e das condições sócio-econômicas pelas quais vem passando a economia brasileira: elevada taxa de desemprego, queda da renda e reduzido crescimento do PIB.

Existe um consenso entre os agentes do setor de que uma recuperação econômica, com a elevação da renda das famílias das classes C e D, que ainda estão sem atendimento satisfatório, provocaria crescimento do mercado de telefonia fixa.

Por outro lado, o mercado de telefonia móvel apresentou crescimento significativo, impulsionado pela percepção de valor do atributo mobilidade, pela nova estrutura e comportamento das famílias, pela possibilidade de controle de gastos, mas principalmente pelo acesso pré-pago. A planta de celulares alcançou 46,4 milhões de linhas em dezembro de 2003, superando os 31,6 milhões de acessos em serviço do final de 2002.

O Ambiente Regulatório

Embora a discussão do papel das agências reguladoras no Brasil estivesse presente ao longo do ano, uma das questões que intensificou o debate a respeito do modelo regulatório em vigor foi o reajuste tarifário previsto para as empresas de telefonia fixa. A Anatel concedeu o reajuste baseado no IGP-DI, como previam os contratos de concessão, preservando o interesse dos investidores nos setores regulados, inclusive no de telecomunicações. Contudo, a Justiça Federal, em decisão liminar, determinou que o reajuste fosse baseado no IPCA.

Também em 2003, após Consulta Pública, as minutas dos novos contratos de concessão do Sistema Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades local e longa distância para o período 2006-2025 foram publicadas pela Anatel.

Dentre os principais tópicos contidos na minuta do contrato local, destacam-se: redução das tarifas de interconexão, desagregação de redes, portabilidade numérica, revenda, tarifação por minuto em substituição ao pulso, redução do número de áreas locais, implantação de Postos de Serviço Telefônico (PST), implantação do Acesso Individual Classe Especial (AICE) e estabelecimento de um Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Esses tópicos têm sido objeto de intensas discussões, sendo que alguns já foram submetidos à Consulta Pública, como passo inicial para sua implantação.

Para o segmento de acesso à Internet, o objetivo da Anatel e do Ministério das Comunicações é licitar concessões para o Serviço de Comunicações Digitais (SCD) em 2004, visando universalizar o uso da Internet no Brasil, e contando, para isto, com a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST). Na telefonia móvel, espera-se a realização de testes para a implantação da tecnologia 3G no Brasil.

A Empresa

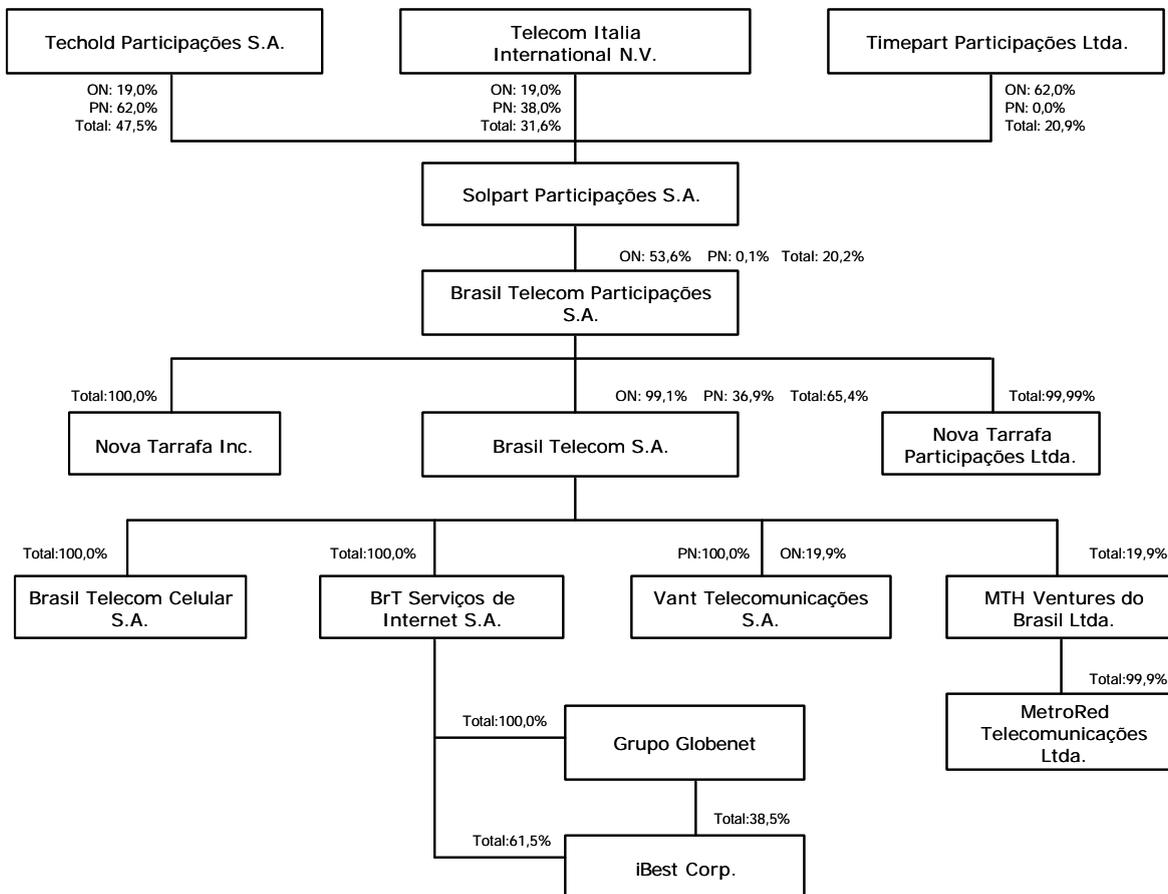
Área de Atuação

A área de atuação da Brasil Telecom, composta pelos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, corresponde a 24% da população brasileira (aproximadamente 41 milhões de habitantes), 25% do PIB (aproximadamente R\$ 280 bilhões) e 33% do território nacional (aproximadamente 2,8 milhões Km²). A Região II possui, ainda, quatro áreas metropolitanas com população acima de um milhão de habitantes e faz fronteira com Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, podendo ser considerada um corredor para o Mercosul.

Estrutura Societária

A Brasil Telecom S.A. é controlada pela Brasil Telecom Participações S.A., *holding* que detém 99,1% das ações ordinárias e 36,9% das ações preferenciais, o equivalente a 65,4% do capital total da Empresa. A Brasil Telecom Participações S.A. é controlada pela Solpart Participações S.A., que possui 53,6% das ações ordinárias e 0,07% das ações preferenciais, o que corresponde a 20,2% do capital total. Abaixo, segue estrutura societária simplificada do grupo:

Estrutura Societária em 31/12/03



BrT Serviços de Internet S.A.

A BrT Serviços de Internet (BrTSI), subsidiária integral da Brasil Telecom S.A., tem como objetivo ser referência no mercado de distribuição de mídias interativas. Por meio do BrTurbo, provedor de acesso à Internet em alta velocidade, a BrTSI oferece soluções integradas baseadas na Internet.

No decorrer de 2003, diversas parcerias foram implementadas para agregar valor ao conteúdo do BrTurbo, portal 100% banda larga. Nesse sentido, destacam-se as parcerias com fornecedores de conteúdo de jogos, música e notícias que, juntamente com as transmissões e reportagens sobre esportes radicais, contribuíram significativamente na percepção de valor dos usuários.

A BrTSI lançou, em dezembro, o BrTurbo Asas, que utiliza a tecnologia Wi-Fi para prover acesso à Internet em alta velocidade a usuários ocasionalmente móveis. O novo serviço vem reforçar a estratégia da Brasil Telecom de oferecer a seus clientes pacotes completos de serviços de telecomunicações.

Como resultado dessas ações, o BrTurbo manteve a liderança em números de clientes ativos, atingindo 107,8 mil clientes em dezembro, o dobro do registrado no exercício anterior. Ao final de 2003, 40% dos clientes Turbo utilizavam o BrTurbo como provedor de acesso à Internet.

GlobeNet

Em 11 de junho de 2003, foi concluída a aquisição de todo o sistema de cabos submarinos de fibra ótica do Grupo Globenet, interligando pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas, Brasil e Venezuela. Todos os ativos situados nos Estados Unidos e Ilhas Bermudas, bem como o controle acionário das empresas sediadas no Brasil e na Venezuela, foram adquiridos por US\$ 46,7 milhões.

Com a transação, foram constituídas cinco empresas, todas controladas direta ou indiretamente pela Brasil Telecom S.A.: Brasil Telecom Cabos Submarinos (Holding) Ltda., Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda., Brasil Telecom of America, Inc., Brasil Telecom Subsea Cable System (Bermuda) Ltd. e Brasil Telecom de

Venezuela, S.A.

A Brasil Telecom of America, Inc. tem sede em Boca Raton, na Flórida, e coordena todas as atividades do Grupo Globenet, além de servir de ponto de apoio para os negócios internacionais.

A aquisição da Globenet fortalece a estratégia da Brasil Telecom de consolidação e expansão como provedora de soluções completas de telecomunicações, pois permite à Empresa oferecer pacotes de serviços integrados a clientes corporativos nacionais e internacionais, bem como reforça seu posicionamento para capturar o valor gerado pelo acentuado crescimento do tráfego de dados entre Brasil e EUA.

Além disso, a Brasil Telecom passa a ter autonomia para carregar seu tráfego IP internacional, reduzindo custos de interconexão, e a prestar serviços de longa distância internacional sem ter que recorrer à capacidade de acessos internacionais de terceiros.

O processo de integração com a Brasil Telecom possibilitou a renegociação de contratos de terceirização e os esforços comerciais realizados em 2003 permitem vislumbrar novos negócios em regiões que não vinham sendo abordadas pelo grupo, tais como o Caribe e a Venezuela. Portanto, em 2004, a Brasil Telecom espera incrementar os negócios do Grupo Globenet e estima uma economia de US\$ 8 milhões com o aluguel de capacidade.

Licença do SMP

Em 19 de novembro de 2002, a Brasil Telecom adquiriu licenças para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em sua área de atuação por R\$ 191,5 milhões, como parte da estratégia de defender sua posição na Região II. Além do melhor preço pago, na comparação com o resultado do primeiro leilão, as condições de pagamento foram mais atrativas: pagamento de 10% na assinatura do contrato, três anos de carência e o saldo pago em seis parcelas anuais. Sobre o saldo devedor, incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m.

Adicionalmente, a retração do mercado mundial dos fabricantes de equipamentos fez com que o custo para implementar uma nova rede caísse sensivelmente, até mesmo pelo fato da Brasil Telecom ser uma das últimas oportunidades de venda para os fornecedores no País.

A Brasil Telecom Celular (BT Cel) adotou a tecnologia Global System for Mobile Communications (GSM) que, por ser uma tecnologia presente em todo o mundo, permitirá que os clientes da BT Cel possam se deslocar facilmente com seus aparelhos, além de terem acesso a aparelhos com custos mais atrativos, utilizarem uma rede segura e participarem de uma evolução tecnológica consistente.

De acordo com as normas estabelecidas pela Anatel, em cada licença adquirida – Região Centro-Oeste mais os Estados do Acre e Rondônia; Rio Grande do Sul; Paraná; e Santa Catarina – a BT Cel deveria cobrir 50% da área urbana, em 50% das capitais e localidades com mais de 500 mil habitantes até o dia 18 de dezembro de 2003, o que corresponde a:

- Porto Alegre;
- Curitiba ou Florianópolis; e
- Quatro capitais da Região Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal.

A cobertura foi dimensionada priorizando as regiões com baixa penetração do serviço e maior PIB, e será expandida para as demais localidades nos próximos três anos. Superando as metas estipuladas pela Anatel, em dezembro de 2003, a BT Cel cobria mais de 50% da área urbana de todas as 10 capitais da Região II, com 146 Estações Radio Base (ERB) instaladas. Para viabilizar esse atendimento, foram investidos R\$ 109 milhões em cobertura, tecnologia da informação, centros de distribuição, lojas, gastos administrativos e pré-operacionais.

No decorrer do ano, a BT Cel definiu e contratou as principais plataformas que serão utilizadas na prestação do serviço móvel, destacando-se as do serviço pré-pago, as de correio de voz, as de mensagens curtas (SMS), as de mensagens multimídia (MMS), além das demais plataformas para serviços de dados (WAP, OTA, *Middleware*) e antifraude.

Ao final de 2004, a BT Cel pretende atender 464 localidades. A expectativa é de que, concluído o projeto, a BT Cel atinja uma cobertura superior à da Banda B.

Com a aprovação da antecipação de metas de universalização da Brasil Telecom S.A. pelo Conselho Diretor da Anatel, em reunião realizada nos dias 14 e 15 de janeiro de 2004, a BT Cel foi autorizada a iniciar sua operação comercial, que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2004.

MetroRED

No dia 18 de fevereiro de 2003, a Brasil Telecom adquiriu 19,9% do capital social da MTH Ventures do Brasil Ltda., sociedade titular de 99,99% do capital social da MetroRED Telecomunicações Ltda., por US\$ 17,0 milhões. Além disso, adquiriu também uma opção para exercer a compra dos 80,1% remanescentes.

Em 20 de janeiro de 2004, a Brasil Telecom manifestou a intenção em exercer aquela opção de compra por US\$ 51,0 milhões. Concluída a transação, a Brasil Telecom passará a controlar, direta ou indiretamente, 100% do capital social da empresa.

A MetroRED iniciou operações comerciais para prover serviços de rede privada de telecomunicações por intermédio de redes digitais de fibra óptica em 1998. O sistema da MetroRED possui 339 quilômetros de rede local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e 1.485 quilômetros de rede de longa distância conectando esses centros metropolitanos.

A MetroRED também possui um Centro de Soluções Internet de 3.790 m² em São Paulo, que oferece serviços de *data center*. Atualmente, a empresa possui quase 600 clientes no Brasil, de variados portes e áreas de atuação.

Com uma rede de transporte tecnologicamente avançada e complementar à da Brasil Telecom, a MetroRED permite que a Empresa tenha acesso direto aos principais clientes corporativos do País, possibilitando um atendimento diferenciado de abrangência nacional e também internacional, com a participação da Globenet.

Vant

Em 05 de dezembro de 2001, a Brasil Telecom adquiriu 19,9% do capital da Vant Telecomunicações S.A. por R\$ 3,8 milhões, bem como uma opção de compra dos 80,1% restantes por R\$ 15,6 milhões, que só poderia ser exercida após a certificação da antecipação de metas previstas nos contratos de concessão.

Em 20 de janeiro de 2004, a Brasil Telecom manifestou a intenção em exercer aquela opção de compra, que fará da Brasil Telecom controladora direta ou indireta de 100% do capital social da Vant.

Fundada em outubro de 1999, com foco em rede TCP/IP, a Vant foi a primeira operadora do Brasil a oferecer serviços com uma rede baseada nessa tecnologia. A Vant atua em todo o território nacional e está presente nas principais capitais brasileiras, oferecendo um amplo *portfolio* de produtos de voz e dados para o mercado corporativo.

A aquisição da Vant tem como objetivo principal ampliar a oferta de soluções ao mercado corporativo em âmbito nacional, permitindo, à Brasil Telecom, fortalecer sua posição como provedor líder de telecomunicações.

iBest

Em 26 de junho de 2003, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda para a aquisição de 100% do capital social do iBest S.A., por meio da BrTSI, que possuía 49,5% do provedor de acesso à Internet. A aquisição dos 50,5% por US\$ 36 milhões consolidou o exercício da opção de compra.

Constituído inicialmente com o objetivo de organizar o Prêmio iBest, explorando comercialmente as receitas de publicidade advindas do evento, o iBest ampliou suas

atividades em dezembro de 2001, quando passou a oferecer e concentrar suas operações no provimento de acesso discado à Internet. Desde então, o provedor vem registrando um crescimento expressivo no Brasil, com destaque para a Região II, onde é líder de mercado. São 4,5 milhões de usuários cadastrados, sendo 1,3 milhão de usuários ativos e, aproximadamente, 14 bilhões de minutos gerados anualmente em todo o País.

O iBest tornou-se o segundo maior provedor de Internet gratuito do mercado brasileiro em apenas dois anos de atuação. O Prêmio iBest também acompanhou esse desempenho, tornando-se a maior premiação da Internet brasileira, com mais de 30 mil *sites* cadastrados na edição de 2003.

A ampla base de usuários do iBest constitui um diferencial na alavancagem de outros serviços de dados e voz oferecidos pela Brasil Telecom. No entanto, uma das principais razões para a Brasil Telecom ter adquirido o iBest foi minimizar o risco financeiro relacionado ao regime de interconexão vigente. Além disso, o aumento da penetração da Internet discada, incentivado pelo provimento gratuito do iBest, aumenta o tráfego na rede da Brasil Telecom.

Com a aquisição do iBest, a Brasil Telecom trouxe não só um dos maiores provedores de Internet gratuitos do País, mas também um canal de vendas para seus produtos de voz e dados.

Fatores de Risco

Para a Brasil Telecom, identificar as prioridades e alinhar os esforços para controlar e minimizar os riscos mais significativos, inclusive por meio do aprimoramento tecnológico, é um desafio permanente.

Nesse sentido, o fortalecimento dos processos e do ambiente de controles internos é parte integrante e compromisso comum a todas as áreas da Empresa, e seus respectivos gestores avaliam permanentemente seus processos e controles de forma relacionada à rotina do negócio, aos relatórios financeiros e aos aspectos de cumprimento e conformidade.

Paralelamente, a auditoria interna direciona suas atividades para as áreas de maior relevância e impacto nas operações, revisando processos e controles à luz das melhores práticas de gestão de riscos.

No primeiro trimestre de 2004, a Brasil Telecom dará início a um projeto que visa à consolidação do processo de Gestão de Riscos do Grupo. Este projeto contará com apoio de consultoria especializada e participação dos executivos da Empresa e utilizará metodologia de gestão de riscos e ferramentas de suporte, dentre aquelas mundialmente reconhecidas.

Com esta iniciativa, a Empresa atenderá as

exigências da Lei Sarbanes Oxley, que é aplicada às empresas brasileiras cujas ações estão listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos e aos seguintes propósitos:

- Aprimorar a Governança Corporativa, utilizando as melhores práticas mundiais;
- Estabelecer formalmente o planejamento e as responsabilidades das áreas de Gestão de Riscos, Gestão de Processos, Auditoria Interna e demais áreas envolvidas;
- Avaliar o ambiente de riscos e controles em cada processo de negócio;
- Implantar um sistema de Gestão Integrada de Riscos, permitindo o monitoramento constante dos riscos e auto-avaliação dos controles.

Risco Regulatório

A Brasil Telecom opera em consonância com as concessões do Governo Federal, que exigem o cumprimento de metas de universalização e de qualidade, bem como definem regras relacionadas ao reajuste das tarifas local e de longa distância, além de definir relações entre as operadoras do setor de telecomunicações. Qualquer mudança nas regras estabelecidas pode afetar adversamente o negócio.

Atualmente, as principais questões em discussão referem-se aos Novos Contratos de Concessão, que estarão em vigor a partir de 2006, especialmente a desagregação de redes, a revenda, a portabilidade numérica, a redução da quantidade de áreas locais e a implantação do PST e do AICE. No entanto, a Brasil Telecom vem se posicionando no sentido de evitar qualquer efeito negativo advindo com a implementação dos Novos Contratos de Concessão.

Risco da Competição

A cada ano, o setor de telecomunicações torna-se mais competitivo, principalmente nos segmentos de telefonia de longa distância, telefonia móvel e de comunicação de dados. A Brasil Telecom possui uma participação expressiva nos mercados local e de longa distância de telefonia fixa. Quanto à telefonia móvel, a Empresa estará iniciando suas operações em 2004. Tal estratégia está relacionada à migração do tráfego da rede fixa para a móvel e deverá ser suficiente para reduzir esse efeito.

A Brasil Telecom vem crescendo consistentemente sua receita no mercado de comunicação de dados, em função dos investimentos realizados na rede de dados e em tecnologia da informação, e também em decorrência da postura comercial ativa que a Empresa adota, que permitem uma atuação

diferenciada. Neste contexto, a voz sobre IP poderá ganhar escala junto aos mercados corporativo e governo. A Brasil Telecom já está trabalhando para oferecer soluções IP aos seus clientes, o que certamente irá alavancar a receita total.

A Empresa busca, permanentemente, a eficiência operacional, o que representa um fator fundamental para garantir sua posição predominante na Região II.

Risco do Mercado

A Brasil Telecom possui 39% da sua receita bruta total proveniente do serviço local que é influenciado pelo nível de atividade da economia. Na medida em que haja uma recuperação econômica, a receita da Brasil Telecom poderá ser impactada positivamente.

Risco Financeiro

A Brasil Telecom possuía um endividamento de R\$ 4.636 milhões ao final de dezembro, dos quais 57% estavam alocados no longo prazo. Independentemente da geração de caixa crescente, a Empresa adota uma política conservadora na utilização de recursos onerosos, principalmente em moeda estrangeira. Da dívida total, R\$ 246 milhões foram contratados em dólar e R\$ 254 milhões estavam atrelados à cesta de moedas, sendo que a Brasil Telecom possuía proteção cambial para 58,4% desse montante.

No que se refere à taxa de juros dos empréstimos, a Brasil Telecom encontra-se em uma posição privilegiada, considerando que o custo médio anual da sua dívida era equivalente a 78,5% do CDI.

Risco Operacional

Com o intuito de proteger seu patrimônio, a Brasil Telecom contrata seguros específicos, como o Seguro de Riscos Operacionais e Lucros Cessantes. O Seguro de Riscos Operacionais cobre todos os bens da Empresa contra danos materiais ocasionados, como por exemplo, por incêndio, raio e explosão, vendaval, roubo, alagamento, inundação e etc. Para garantir a total reposição dos seus ativos, a Brasil Telecom atualiza, mensalmente, as quantidades de terminais instalados por filial e seus respectivos valores.

Os prejuízos resultantes da interrupção ou perturbação do giro do negócio causado pela eventual ocorrência de sinistro de danos materiais às instalações da Brasil Telecom estão cobertos na apólice de Lucros Cessantes.

Apólice	Bens Segurados	Valor Segurado (milhões)
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas, equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura, equipamentos de tecnologia da informação e bens da Brasil Telecom em poder de terceiros	R\$ 9.910
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	R\$ 6.790
Garantia de Obrigações Contratuais	Cumprimento dos Contratos de Concessão	R\$ 165

Competição

Serviço Local

A liderança exercida pela Brasil Telecom na prestação do serviço local foi mantida em 2003. A Empresa alcançou uma participação de 98% na telefonia local em sua área de atuação.

Essa liderança, por um lado, decorre da capilaridade que a Empresa adquiriu ao longo dos anos e, por outro, de um conjunto de ações voltadas para a fidelização dos clientes. Entre as ações implementadas com essa finalidade, destacam-se: a difusão do acesso banda larga, a expansão dos serviços inteligentes, a oferta de planos alternativos e a prática permanente de preços competitivos.

No mercado de voz local, as operadoras do Serviço Móvel Celular (SMC) e do Serviço Móvel Pessoal (SMP) vêm ampliando a oferta de planos promocionais com tarifas para ligações intra-rede reduzidas, quase sempre inferiores às de uma ligação fixo-móvel. Esse posicionamento mercadológico das operadoras móveis vem aumentando a competição nesse segmento.

Além disso, a Anatel vem insistindo em criar mecanismos para introduzir a competição também entre as operadoras do STFC como, por exemplo, o

unbundling, ou compartilhamento da rede.

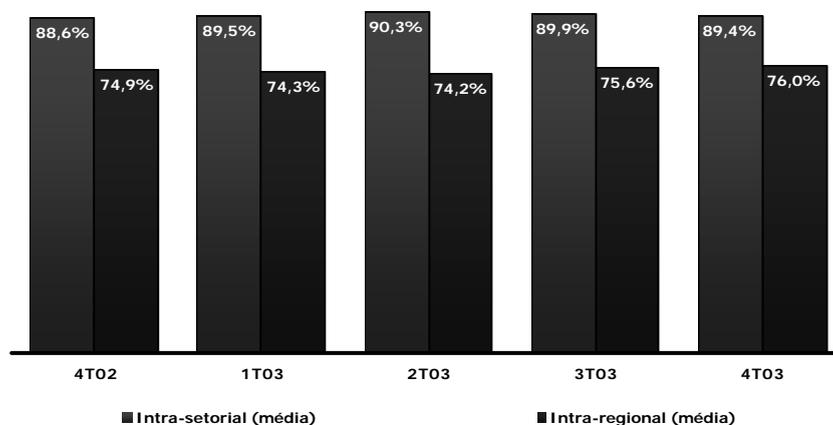
Longa Distância Nacional

Em 2003, a competição no mercado de LDN continuou praticamente restrita entre a Brasil Telecom e a concessionária de longa distância. Tanto a espelho nacional, quanto as locais detêm participações pouco expressivas.

No entanto, uma nova modalidade de competição foi implementada nesse mercado. Em 6 de julho de 2003, por determinação da Anatel, os clientes do SMP passaram a escolher, via CSP, a operadora de longa distância para completar suas chamadas, a exemplo do que já ocorria na telefonia fixa. Com o advento dessa mudança, as operadoras de LDN passaram a participar desse novo mercado. Por ser o CSP da Brasil Telecom amplamente difundido nas ligações originadas de telefones fixos, portanto de pleno conhecimento do público usuário, o "14" alcançou participações expressivas nas ligações de longa distância originadas de celulares.

A Brasil Telecom, no âmbito de sua área de concessão, manteve o predomínio no mercado de LDN, como se pode observar no gráfico a seguir, que traz a participação média nas ligações originadas de telefones fixos:

Participação de Mercado – Média Trimestral



Essa hegemonia, registrada pela Brasil Telecom desde julho de 1999, quando o CSP foi introduzido, deve-se a um posicionamento firme da Empresa no sentido de oferecer, sempre, a tarifa mais competitiva combinada com o plano que melhor se adapte às reais necessidades de cada segmento de mercado.

Comunicação de Dados

O mercado de comunicação de dados vem apresentando as maiores taxas de crescimento anual da indústria de telecomunicações ao longo dos últimos anos, tendo atraído, dessa forma, diversos participantes.

Apesar da competição acirrada, ano após ano, a Brasil Telecom vem aumentando sua participação nesse mercado, em função da oferta do acesso ADSL. A Empresa dobrou sua base de assinantes no mesmo período.

Essa tecnologia é fundamental na estratégia das operadoras pois é a base para a prestação de outros serviços, além de ser um trunfo na conquista do mercado das pequenas e médias empresas, que oferece um potencial de crescimento expressivo.

Prioridades Estratégicas

A estratégia da Brasil Telecom foi desenvolvida para que a Empresa se tornasse um provedor completo com múltiplas competências no setor de telecomunicações e, assim, manter posição predominante em sua área de atuação.

A Brasil Telecom está atenta ao contexto atual e sua postura firme e seu comprometimento com o cliente podem ser traduzidos na presença da Empresa em todos os estágios da cadeia de valor do negócio.

As prioridades estratégicas – desenvolver ofertas conjuntas de voz fixa e móvel, dados, Internet e multimídia, conquistar uma participação no tráfego LDN inter-regional, enriquecer o relacionamento com o cliente e adequar sistematicamente a estrutura organizacional e a cultura empresarial – deverão garantir um crescimento superior à média do mercado para os próximos anos.

Após a certificação das metas de universalização, a Brasil Telecom foi autorizada a completar chamadas de longa distância originadas em qualquer ponto do País para qualquer ponto dentro dele ou para o mundo. Como a marca Brasil Telecom é bastante reconhecida e o *market share* do CSP 14 é elevado, a Empresa deverá conquistar uma parcela representativa desse novo mercado, gerando receitas adicionais a partir de uma rede já existente.

Também decorrente da certificação, a Brasil Telecom foi autorizada a iniciar a operação de sua licença de telefonia móvel dentro da Região II, que tem como principal objetivo possibilitar a oferta integrada e completa de todo serviço disponível no setor de telecomunicações, além de manter tráfego na rede da Empresa. A estratégia de atuação da BT Cel é única e considerou uma análise detalhada da base de assinantes de linhas fixas da Brasil Telecom, no sentido de potencializar a sinergia existente entre a operação fixa e a móvel e

explorar essa convergência, o que resultou no desenho de pacotes de serviços inovadores e atrativos. O primeiro teste realizado foi uma oferta de cadastramento direcionada para os colaboradores da Brasil Telecom e seus familiares e indicados, que poderiam adquirir acessos em condições especiais de financiamento. O resultado foi um sucesso, pois foram comercializados 11 mil acessos pós-pagos. Severidade nos investimentos, competência e criatividade são elementos imprescindíveis para que a BT Cel conquiste seu primeiro milhão de acessos, previsto para acontecer após um ano de operação.

Entretanto, as prioridades não se esgotam na exploração de dois novos mercados. A Brasil Telecom tem como meta integrar os ativos que adquiriu recentemente: Globenet, MetroRED e Vant, de forma a atender às exigências dos clientes corporativos, ávidos por soluções de comunicação de dados.

A Brasil Telecom tem se posicionado para oferecer todos os serviços e produtos disponíveis no setor de telecomunicações, seja para o mercado residencial, seja para o mercado corporativo.

Rede

A Brasil Telecom conta atualmente com uma infraestrutura de rede modelo em eficiência operacional, que tem sua evolução tecnológica baseada nas seguintes premissas:

- Total flexibilidade para atender às necessidades dos clientes e maximizar a introdução de novos serviços;
- Rentabilizar os investimentos realizados;
- Otimizar novos investimentos por meio de planejamento criterioso;
- Ambiente aberto e multi-vendor;
- Independência da forma de acesso do cliente;
- Eficiência operacional;
- Disponibilidade e segurança.

O direcionamento evolutivo da infra-estrutura de rede caminha para o modelo convergente de serviços e aplicações, atendendo ao conceito de rede única e flexível, capaz de prover diferentes serviços, a qualquer cliente, em qualquer lugar e momento.

Ao longo do ano, foram tomadas diversas iniciativas aderentes ao conceito convergente de rede, dentre as quais destacam-se:

- Duplicação do core IP, com a implementação de mecanismos de QoS (*Quality of Service*) e segurança;
- Implementação da funcionalidade de MPLS (*Multi Protocol Label Switch*), possibilitando a introdução de serviços baseados em VPNs IP/MPLS (Redes Privadas Virtuais baseadas em IP);
- Introdução de equipamentos *Media Gateway* e *Softswitch*, permitindo a oferta de novos serviços que utilizam VoIP (Voz sobre IP), marcando a

entrada da Brasil Telecom na oferta de serviços baseados em Redes de Nova Geração (NGN);

- Introdução de portais de serviços na camada de agregação banda larga, o que permitirá a oferta de um novo conjunto de serviços para usuários banda larga;
- Capilarização dos acessos de banda larga, utilizando tecnologias baseadas em DSLAM, Mini DSLAM e HPNA; e
- Implantação de *Hot Spots* para acesso Wi-Fi.

Processo de Certificação das Metas de Universalização

A Brasil Telecom concluiu o processo de antecipação das Metas de Universalização 2003 em fevereiro, quando atendia 599 localidades com STFC individual, 2.140 com STFC coletivo, bem como todas as localidades com mais de 600 habitantes.

Ao longo de 2003, a Anatel fiscalizou um total de 964 localidades e avaliou 24.000 itens em centrais telefônicas e terminais de uso público em toda a Região II.

Assim, em reunião realizada nos dias 14 e 15 de janeiro de 2004, o Conselho Diretor da Anatel aprovou o cumprimento de metas de universalização da Brasil Telecom S.A. Na mesma ocasião, a Empresa recebeu autorização para:

- Prestar o serviço de telefonia fixa, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), nas Regiões I e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), bem como nos setores 20, 22 e 25 da Região II, correspondentes à Londrina, e partes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul;
- Prestar o serviço de telefonia fixa, na modalidade Longa Distância Internacional (LDI), nas Regiões I, II e III do PGO;
- Originar chamadas na modalidade LDN, por meio da celebração de termo aditivo aos contratos de concessão, destinadas a qualquer ponto do território nacional.

Quanto ao SMP, a Anatel autorizou a Brasil Telecom a usar a radiofrequência para operação móvel.

Metas de Universalização

A Brasil Telecom atingiu ou superou a meta em 419 das 420 medições dos indicadores de qualidade estabelecidos pela Anatel no Plano Geral de Metas de Qualidade – PGMQ.

Marketing

Mercado Residencial e SOHO

As ações da Brasil Telecom junto aos segmentos Residencial e SOHO (*Small Office & Home Office*) foram direcionadas ao incremento da receita média por terminal em serviço. Dessa forma, a Empresa intensificou a oferta de serviços inteligentes, buscando otimizar a geração de receita

proveniente de sua base de clientes. O resultado foi um aumento de 32% na quantidade de serviços inteligentes ativados ao longo de 2003, que atingiu 5,7 milhões. Do total, vale destacar o desempenho do identificador de chamadas e da chamada em espera, que aumentaram 50% em relação às ativações de 2002.

A Empresa criou, em 2003, planos específicos para a retenção de clientes de alto consumo – “Plano Sob Medida” - que agrupa a franquia em duas ou mais linhas e adota o conceito de ganhos de escala, ou seja, quanto maior o consumo, maior o desconto.

Foi mantida a oferta do pré-pago, telefone fixo voltado para clientes de baixa renda, que funciona com a inserção de créditos adquiridos antecipadamente nas casas lotéricas e agências dos correios.

Ainda como parte da estratégia de retenção e atendimento ao cliente de baixa renda, a Brasil Telecom lançou o terminal híbrido, denominado LigMix. Com esse serviço, o cliente controla seus gastos com chamadas interurbanas ou efetuadas para celulares.

Mercado Empresarial

Assim como nos demais mercados, as ações desenvolvidas para o segmento Empresarial, baseadas na oferta de soluções personalizadas e diferenciadas aos clientes da Brasil Telecom, possuíam como objetivo a fidelização de clientes.

Algumas promoções foram realizadas durante 2003, resultando no crescimento da quantidade dos serviços instalados em relação ao ano anterior. Foi o caso do InterLAN, serviço que permite interligar matriz a mais de duas filiais, que teve um crescimento de 230 acessos e do IP Turbo, com 1.031 acessos a mais.

Mercado Telefonia Pública

Como concessionária de serviços públicos, a Brasil Telecom possui metas de universalização estabelecidas pela Anatel que exigem a manutenção de uma planta de 300 mil terminais de uso público.

Mais do que o cumprimento de metas, o segmento Telefonia Pública vem sendo cada vez mais significativo na composição da receita da Empresa. Em 2003, mesmo com uma estabilidade no número de terminais de uso público, a Brasil Telecom alcançou melhores resultados devido ao maior número de cartões comercializados, não só em decorrência do aumento da planta móvel, que concentrada em acessos pré-pagos, incentiva a utilização dos telefones públicos, quanto pela criatividade da Brasil Telecom de desenvolver cartões que atraem os colecionadores.

Mercado Corporativo e Governo

A Brasil Telecom, para manter seu posicionamento junto ao mercado corporativo, que demanda soluções completas e nacionais, estabeleceu parcerias comerciais que complementaram a oferta da Empresa, tanto no seu *portfolio*, quanto na sua abrangência geográfica.

A parceria estratégica com a MetroRed ampliou o atendimento a clientes presentes no triângulo São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte, região de maior desenvolvimento econômico do Brasil.

A redução de preços gerada pela competição foi compensada pelo aumento do volume comercializado de serviços. Vale destacar o resultado obtido nos serviços de Comunicação de Dados, tendo a Brasil Telecom aumentado significativamente a sua participação neste mercado, dado sua política agressiva de lançamento de produtos inovadores.

No segmento privado, as ações foram voltadas à oferta de soluções específicas e de alto valor agregado, buscando alavancagem de vendas, aumento de receita e consolidação da posição de liderança na Região II.

Ao longo do ano, a Brasil Telecom conquistou negócios representativos junto ao segmento governo, mantendo absoluta liderança. O desempenho em licitações públicas superou o resultado de 2002. O índice de sucesso em certames licitatórios foi de 87,3% em volume e 82,6% em receita.

Cyber Data Center - CyDC

O ano de 2003 marcou a consolidação do negócio CyDC como instrumento de fidelização de clientes e prestação de serviços de valor agregado. Clientes de grande porte são atendidos por estruturas presentes em Brasília, Curitiba e Porto Alegre. Para atender a demanda da região com serviços especializados em contingência e continuidade de negócios voltados principalmente para o mercado corporativo, foi iniciada a construção de um novo prédio no Distrito Federal.

Banda Larga

O número de acessos banda larga praticamente dobrou em relação ao ano de 2002, atingindo 281,9 mil acessos em serviço ao final de dezembro de 2003. Tal resultado foi fruto de uma série de ações que visaram o aperfeiçoamento dos processos envolvidos na comercialização do serviço.

A Brasil Telecom disseminou a tecnologia ADSL em novas localidades, instalando DSLAM ADSL em estações telefônicas. Ao final de 2003, 334 localidades dentro da Região II podiam adquirir acessos Turbo.

Novos Produtos e Serviços**LigMix**

Lançado em novembro de 2003, o LigMix é um produto revolucionário, voltado para o cliente residencial que solicita a instalação de sua primeira linha telefônica e necessita controlar seus gastos. O LigMix é um terminal híbrido que combina os sistemas pré e pós-pagos da seguinte forma:

- Pré-pago: o cliente ativa um cartão LigMix adquirido nas agências de correios para a realização de chamadas interurbanas pelo 14 e para celulares. São duas opções de cartões: R\$ 14,00 e R\$ 25,00;
- Pós-pago: o cliente paga uma assinatura mensal e realiza chamadas locais para telefones fixos.

Ao final de 2003, a Brasil Telecom possuía 11 mil terminais LigMix em sua planta.

Turbo Lite

Lançado pela Brasil Telecom no dia 25 de março de 2003, o Turbo Lite foi o primeiro serviço no mercado brasileiro a proporcionar acesso à Internet em alta velocidade, a partir do conceito de *pay per use* (cobrado pelo uso). Por uma franquia mensal de R\$ 51,34, o usuário pode acessar à Internet em até 150 Kbps, durante 50 horas/mês, enquanto sua linha telefônica permanece desocupada para fazer ou receber ligações. Cada hora adicional de uso custa em torno de R\$ 3,00. Além de a Brasil Telecom popularizar o uso da Internet em alta velocidade no País, o Turbo Lite conquistou 16 mil assinantes, que representam 6,2% do total de acessos banda larga.

Turbo Condomínios

O Turbo Condomínios foi desenvolvido exclusivamente para oferecer acesso banda larga à Internet em condomínios verticais, utilizando tecnologia de transmissão de dados HPNA (Home PhoneLine Network Alliance). O serviço foi lançado comercialmente no dia 30 de abril de 2003. Sem a necessidade de cabeamento entre a central telefônica do condomínio e o apartamento do usuário, a Brasil Telecom aproveita sua rede para tornar disponível o serviço em velocidades de conexão de até 1Mbps. Para assinar o Turbo Condomínios, é necessário um grupo de, no mínimo, 10 condôminos, que pagam mensalmente R\$ 51,34/apartamento. Diante do acesso ilimitado, a Brasil Telecom espera aumentar ainda mais sua participação no mercado de comunicação de dados, conquistando novos clientes.

PABX Virtual Net

A Brasil Telecom lançou, durante a Futurecom, o PABX Virtual Net, serviço que marca a entrada da Empresa na oferta de novos serviços dentro do

conceito de rede conhecido como Next Generation Network (NGN), que utiliza a rede IP como infraestrutura básica.

O PABX Virtual Net consiste na possibilidade de transformar um conjunto de telefones (convencionais ou IP) definidos pelo cliente, como se os mesmos fizessem parte de um PABX, podendo os "ramais" deste PABX estarem distribuídos em qualquer localidade dentro da Região II: é como se a rede de telefonia convencional operasse como um PABX para o cliente. Até o momento, a Brasil Telecom ofertava um serviço que permitia transformar um grupo de linhas telefônicas convencionais em ramais de um PABX. Entretanto, o mesmo era limitado na abrangência, tendo em vista que a funcionalidade estava disponível apenas para os "ramais" que estivessem vinculados a uma mesma central telefônica.

Graças à implantação da NGN foi possível estender o serviço a qualquer ramal independentemente de sua localização geográfica, contando com todas as facilidades de um PABX convencional, tais como: busca automática, transferência de chamadas, grupo de captura, conferência, discagem abreviada, etc.

Dessa forma, a Brasil Telecom marca sua entrada definitiva na NGN com um serviço inédito e inovador, sendo a primeira operadora de telecomunicações da América Latina a operacionalizar uma rede de nova geração (NGN) e a única no mundo a ofertar um serviço de PABX Virtual com tal nível de abrangência e diversidade de terminais, enfatizando a posição de vanguarda da Brasil Telecom.

TVFone

Lançado em outubro, o TVFone permite unir voz e imagem, a partir da integração entre telefones e aparelhos de TV comuns, conectados por meio da tecnologia ADSL de acesso à Internet em alta velocidade. Dessa forma, uma pessoa sem conhecimento de informática pode realizar videoconferências e falar ao telefone ao mesmo tempo em que vê o seu interlocutor pela TV, mesmo estando em localidades diferentes, por uma mensalidade de R\$ 70,89. Para isso, é necessária instalação de uma câmera especial, que a Brasil Telecom instala gratuitamente e aluga por R\$ 29,90 mensais.

A Brasil Telecom foi a primeira nas Américas e a terceira operadora no mundo a lançar um produto com essas características, disponível em 332 localidades da Região II. O TVFone é mais um exemplo dos serviços que podem ser desenvolvidos com base na tecnologia ADSL.

Vetor

O Vetor é uma solução flexível e inovadora em banda larga, que suportado pelo backbone IP-MPLS da Brasil Telecom, possibilita a criação de uma rede privativa virtual, capaz de transmitir voz, multimídia e dados, de acordo com as necessidades de cada cliente. Enquanto os acessos típicos se limitam a uma faixa entre os 64 Kbps e os 128 Kbps, com o Vetor as transmissões podem acontecer entre o mínimo de 256 Kbps até 155 Mbps. O cliente pode ter uma economia de 20% nos custos totais de comunicação com a instalação do Vetor.

O lançamento do Vetor é mais um produto da Brasil Telecom, que visa a excelência na prestação de serviços, destacando-se dos demais competidores.

BrTurbo Asas

O BrTurbo Asas é um serviço da BrTSI, que permite ao usuário em trânsito acessar a Internet em banda larga, por meio da tecnologia Wi-Fi (Wireless Fidelity). A partir de lugares específicos e sem a necessidade de uma rede telefônica, o cliente pode usufruir serviços exclusivos, como o Canal de Viagem - um portal com dicas sobre a programação cultural e informações sobre restaurantes, farmácias, mapas de localização da cidade de onde é feito o acesso -, além de navegar na Internet em alta velocidade.

Essa solução facilita a vida de quem está viajando, já que a pessoa pode conectar-se à Internet ou às redes privadas do aeroporto, do hotel, de um café ou de qualquer local credenciado como um Asas Center, local onde o BrTurbo Asas pode ser usado. É a Brasil Telecom trabalhando com criatividade e tecnologia de ponta para oferecer o melhor em telecomunicações.

Reajuste de Tarifas

Em 26 de junho de 2003, a Anatel homologou o reajuste tarifário do STFC, conforme critérios e condições estabelecidas nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 30 de julho de 2003. O Plano Básico Local teve um reajuste médio de 28,75%, enquanto as tarifas líquidas do Plano Básico de Serviços de Longa Distância tiveram reajuste médio de 24,84%.

Entretanto, decisão judicial liminar interposta pelo Ministério Público Federal, suspendeu os efeitos dos atos da Anatel e determinou a aplicação do IPCA em substituição ao IGP-DI na fórmula de cálculo contida nas cláusulas 11.1 e 12.2 dos Contratos de Concessão. Tal decisão foi objeto de recurso e ainda está pendente de julgamento final, quando então será conhecido o índice a ser aplicado ao reajuste.

Relacionamento com Clientes

Para a Brasil Telecom, a excelência no relacionamento com o cliente representa uma vantagem competitiva no setor de telecomunicações. Neste sentido, ao longo do ano foram consolidadas novas ferramentas de *Call Center* e mais uma fase do projeto CRM foi implementada.

Call Centers (*Centrais de Atendimento*)

Em 2003, o desempenho dos *call centers*, que receberam em média 32 milhões de chamadas por mês, foi melhor em função das novas ferramentas das plataformas, bem como da evolução da parceria com fornecedores, que resultou em um novo modelo de gestão. Esse novo modelo resultou em um aumento de 26% na produtividade dos *calls centers*, medida pela relação dos minutos falados sobre minutos pagos. Adicionalmente, o custo por minuto foi 21% menor na comparação com o registrado em 2002.

Canais Alternativos

No decorrer de 2003, a Brasil Telecom aprimorou a oferta de serviços e informações com a utilização de novos canais de relacionamento, dentre os quais merecem destaque a Internet, o e-mail e as parcerias com grandes redes de atendimento do Brasil.

A nova página eletrônica da Brasil Telecom foi lançada em fevereiro, após completa reformulação, que teve como foco principal o cliente e suas respectivas necessidades. O sucesso da iniciativa está comprovado pelo número de clientes cadastrados: 385 mil, um crescimento de 85,7% em relação a dezembro do ano anterior.

A criação dessa base de clientes permitiu o envio de 200 mil *newsletters* eletrônicas mensais, reduzindo custos de comunicação dirigida ao cliente. A seção "Sua Conta" foi responsável pela maior parte dos cadastramentos realizados e

tornou-se a mais importante ferramenta de relacionamento do *website*.

Ainda em 2003, foram realizadas pesquisas de satisfação, as quais nortearão diversas ações de melhoria e o desenvolvimento de novas aplicações.

E-mail

Em 2003, 96 mil *e-mails* foram respondidos por especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento *on-line* da Brasil Telecom, canal voltado ao esclarecimento de dúvidas dos clientes. Esse desempenho é bem melhor do que o do ano anterior, quando as consultas por *e-mail* totalizaram 131 mil.

Lotéricas

A parceria da Brasil Telecom com mais de 9.000 lotéricas tem como objetivo facilitar a vida do cliente, pois permite a consulta e o pagamento de débitos sem fatura, além do desbloqueio automático do terminal telefônico. Durante 2003, foram feitas 10 milhões de consultas, além de terem sido efetuados sete milhões de pagamentos sem fatura, representando um crescimento de 21% e 20%, respectivamente, em relação a 2002.

Customer Relationship Management (*CRM*)

Como o Projeto tem sua implementação dividida em fases, em 2003, o CRM foi responsável pelo atendimento de 120 mil clientes dos segmentos corporativo, empresarial, governo e interconexão.

Além da integração de todos os sistemas de atendimento, todos os processos foram revisados e 4.200 colaboradores treinados. Todo o Projeto está dirigido para tornar o atendimento ao cliente da Brasil Telecom personalizado, rápido e eficiente.

Desempenho operacional

PLANTA	2001	2002	2003
Linhas Instaladas (Mil)	10.015	10.548	10.687
Linhas Instaladas Adicionadas (Mil)	1.060	533	139
Linhas em Serviço - LES (Mil)	8.638	9.465	9.851
LES Adicionadas (Mil)	1.192	827	386
Linhas Médias em Serviço - LMES (Mil)	8.042	9.052	9.658
LES/100 Habitantes	21,5	23,1	23,4
TUP/1.000 Habitantes	7,1	7,2	7,0
TUP/100 Linhas Instaladas	2,8	2,8	2,8
Taxa de Utilização	86,3%	89,7%	92,2%
Taxa de Digitalização	97,3%	99,0%	99,0%
Acessos ADSL em Serviço (Mil)	34,4	140,7	281,9

Em 2003, a Brasil Telecom adicionou 138,5 mil linhas à sua planta instalada, composta por 10,7 milhões de linhas ao final do exercício. O crescimento em relação ao ano anterior foi de 1,3%, demonstrando que a demanda reprimida por

linhas telefônicas observada no período imediato à privatização está totalmente atendida.

A planta em serviço totalizou 9,9 milhões de linhas, resultado da adição líquida de 385,7 mil linhas. O

crescimento de 4,1% na comparação com 2002 pode ser explicado, principalmente, pelas ações de marketing voltadas para a oferta de planos promocionais e pelo início da comercialização de terminais híbridos. A política de manter os terminais dos clientes inadimplentes em bloqueio parcial, nas centrais com capacidade ociosa, contribuiu para esse desempenho. Essa medida reduz os custos com o desligamento e a reinstalação de terminais e incrementa o tráfego na rede da Empresa.

O aumento da planta instalada, combinado com a expansão da planta em serviço, resultou em uma taxa de utilização (linhas em serviço em relação às instaladas) de 92,2%, superando em 2,4 p.p. a taxa observada em 2002. Ao final de dezembro de 2003, a taxa de digitalização da planta da Brasil Telecom alcançou 99,0%.

A planta de telefonia pública da Brasil Telecom era composta por 296,3 mil terminais em dezembro de 2003, representando um crescimento de, aproximadamente, 1,0% em relação ao ano anterior.

Ao final de 2003, a Brasil Telecom atingiu a marca de 281,9 mil acessos ADSL em serviço, uma expansão de 100,4% em relação a 2002.

A Brasil Telecom encerrou 2003 com 5.260 colaboradores, o que significou uma redução líquida de 305 empregados em relação a 2002. Além da queda de 5,5% no número de colaboradores, a expansão de 4,1% da planta em serviço contribuiu para o aumento de 10,1% na produtividade da Brasil Telecom em 2003, que atingiu 1.873 linhas em serviço (LES)/empregado, contra 1.701 em 2002.

Desempenho financeiro consolidado

Receita

Em 2003, a receita bruta consolidada atingiu R\$ 11.077,4 milhões, 12,6% superior à receita observada no ano de 2002. O crescimento de R\$ 1.237,7 milhões da receita deve-se, basicamente, ao melhor desempenho das chamadas inter-redes (+R\$ 359,0 milhões), do serviço local (+R\$ 321,4 milhões), do serviço de comunicação de dados (+R\$ 259,1 milhões) e de longa distância nacional (+R\$ 86,9 milhões). A receita líquida consolidada totalizou R\$ 7.915,2 milhões, superando em 11,9% a obtida em 2002.

A receita consolidada do serviço local alcançou R\$ 4.442,5 milhões em 2003, um aumento de 7,8% em relação a 2002. O aumento da receita do serviço local deve-se à expansão da planta média em serviço, combinada com o reajuste tarifário da cesta de serviço local, que passou a vigorar a partir de 29 de junho de 2003. Há que se considerar que, no decorrer do ano, a Brasil Telecom estimulou a comercialização de planos promocionais, os quais isentam o cliente do pagamento da tarifa de

habilitação, além de concederem descontos na tarifa de assinatura.

A receita consolidada de chamadas de longa distância atingiu R\$ 1.450,5 milhões em 2003, um aumento de 6,4% em relação a 2002. A maior participação reflete o crescimento na planta média em serviço e o reajuste tarifário da cesta de serviço de longa distância, que passou a vigorar a partir de 29 de junho de 2003. Além disso, a Brasil Telecom aumentou sua participação média de mercado de 86,5% para 89,9% no segmento intra-setorial, e de 73,0% para 75,2% no segmento intra-regional.

Nas chamadas inter-redes, a receita consolidada atingiu R\$ 2.536,0 milhões em 2003, um aumento de 16,5% em relação a 2002. O reajuste de 23,5% para a tarifa VC-1 e de 22,0% para as tarifas VC-2 e VC-3, autorizado pela Anatel em fevereiro de 2003, foram os principais responsáveis pelo incremento na receita, compensado pela diminuição de 6,4% no tráfego fixo-móvel no período.

No que diz respeito à interconexão, a receita consolidada totalizou R\$ 835,3 milhões em 2003, um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior. O aumento na receita é resultado, principalmente, do crescimento da planta em serviço, bem como do reajuste das tarifas de uso de rede.

A receita consolidada de cessão de meios totalizou R\$ 215,5 milhões, 8,5% inferior à registrada em 2002, refletindo o menor número de circuitos alugados durante o ano.

A receita consolidada de telefonia pública atingiu R\$ 394,5 milhões, representando 3,6% da receita bruta em 2003, indicando uma estabilidade em comparação à participação observada em 2002. No ano, a receita de telefonia pública cresceu 15,4%, refletindo o aumento de 1,0% nos terminais de uso público, bem como o reajuste tarifário aprovado pela Anatel, que passou a vigorar a partir de 29 de junho de 2003.

O segmento de comunicação de dados gerou receita consolidada de R\$ 764,1 milhões, representando um aumento de 51,3% em comparação à registrada em 2002. O melhor desempenho reflete o crescimento de 100,4% no número de acessos ADSL em serviço ao longo do ano. Contribuíram também para essa performance, a expansão de 91,7% no número de acessos IP (IP, IP Light e IP Turbo) em serviço, de 26,8% no número de *Frame-Relays* em serviço e de 7,5% no número de acessos Dialnet em serviço.

A receita consolidada de serviços suplementares e de valor adicionado atingiu R\$ 348,2 milhões, um aumento de 24,2% em relação a 2002, refletindo, principalmente, o aumento de 40,4% nos serviços inteligentes ativados, – Secretária Eletrônica Virtual, Siga-me, Chamada em Espera e Identificador de Chamadas – que totalizavam 5,7

milhões ao final de 2003. Considerando os terminais em serviço da Brasil Telecom, que possuem pelo menos um serviço inteligente ativado, a penetração desse serviço era de 34,0% ao final de 2003, contra 27,5% ao final de 2002.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, atingiram R\$ 4.601,2 milhões em 2003, o equivalente a 41,5% da receita bruta, contra 37,8% em 2002. Esse aumento é explicado, principalmente, por itens não recorrentes contabilizados no último trimestre do ano, bem como pela reclassificação das participações dos empregados, registradas em custos e despesas com pessoal. Adicionalmente, a Brasil Telecom teve os custos de interconexão aumentados em R\$ 245,7 milhões, bem como os custos com serviços de terceiros em R\$ 166,2 milhões.

Uma parcela significativa dos itens não recorrentes foi contabilizada em provisões para contingências. O total das provisões inclui perdas com contas a receber (PCCR) e contingências. As perdas com contas a receber atingiram R\$ 298,0 milhões em 2003, contra R\$ 263,5 milhões no ano anterior. Dessa forma, as perdas com contas a receber representaram 2,7% da receita bruta em 2003, estável em relação a 2002. As provisões para contingências totalizaram R\$ 359,7 milhões em 2003, contra R\$ 29,2 milhões no ano anterior. Com base nas análises dos assessores jurídicos da Brasil Telecom, a Empresa registrou provisões para contingências no montante de R\$ 246 milhões, vinculadas às operações da filial Rio Grande do Sul, antiga Companhia Riograndense de Telecomunicações S.A. (CRT), oriundas de fatos ocorridos anteriormente à aquisição desta empresa, tais como passivos trabalhistas, cíveis, tributários e custos processuais.

A Administração continuará envidando todos os esforços no sentido de minimizar os efeitos sobre o caixa da Empresa, tanto através da interposição de recursos quanto por meio de composição.

Os custos com interconexão totalizaram R\$ 1.772,1 milhões, representando 38,5% do custo total de 2003 (41,1% em 2002), refletindo o crescimento do tráfego fixo-móvel resultante da expansão da planta média em serviço da Brasil Telecom e da planta móvel na Região II, combinado com o maior *market share* médio em 2003.

No ano de 2003, os custos e despesas com serviços de terceiros, excluindo propaganda e marketing, atingiram R\$ 1.288,9 milhões, o equivalente a 28,0% do custo total, contra 30,2% em 2002.

As despesas com propaganda e marketing totalizaram R\$ 85,5 milhões ao final de 2003, uma queda de 27,3% em relação a 2002.

Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 422,7 milhões, um aumento de 8,3% em relação a 2002, devido à mudança no registro contábil da participação dos empregados no resultado, reclassificada em custos e despesas com pessoal. Excluindo o montante de R\$ 46,3 milhões referentes à participação dos empregados no resultado, os custos e despesas com pessoal teriam sido R\$ 376,4 milhões, uma queda de 3,0% em relação aos R\$ 390,1 milhões observados em 2002.

EBITDA

Em 2003, o lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (EBITDA), também conhecido como LAJIDA, totalizou R\$ 3.314,0 milhões, 1,2% abaixo dos R\$ 3.353,2 milhões registrados em 2002.

A margem EBITDA foi de 41,9% em 2003, contra 47,4% em 2002. A diminuição de 5,6 pontos percentuais na margem EBITDA é reflexo, principalmente, do aumento das provisões para contingências e do registro da participação dos empregados no resultado em custos e despesas com pessoal.

Desconsiderando-se os itens não-recorrentes, o EBITDA consolidado da Brasil Telecom teria sido de R\$ 3.679,0 milhões em 2003, 9,7% acima do apresentado no ano anterior. Dessa forma, a margem EBITDA acumulada teria sido equivalente a 46,5%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado em 2003 foi negativo em R\$ 1.091,0 milhões, sendo composto por R\$ 302,6 milhões de receitas, R\$ 1.147,4 milhões de despesas e R\$ 246,2 milhões de juros sobre capital próprio (JSCP). Em 2002, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 943,6 milhões, sendo composto por R\$ 201,6 milhões de receitas, R\$ 820,5 milhões de despesas e R\$ 324,7 milhões em JSCP.

Resultado não-operacional

O resultado não operacional foi negativo em R\$ 469,0 milhões, composto basicamente por:

- R\$ 124,0 milhões de amortização do ágio reconstituído em função da aquisição da CRT;
- R\$ 302,9 milhões de baixas de ativos imobilizados referentes à CRT, resultado de inventário físico realizado em equipamentos de transmissão, ferramentais e instrumentos e cabos multipares, dentre outros.

Essas amortizações não afetaram o caixa da Brasil Telecom, nem a distribuição de dividendos.

Resultado líquido

Em 2003, a Brasil Telecom apresentou um prejuízo

líquido de R\$ 25,3 milhões, resultado afetado pelas provisões para contingências e pelas baixas de ativos.

Investimentos

A Brasil Telecom investiu R\$ 1.794,0 milhões em 2003, sendo R\$ 1.328,2 milhões em telefonia fixa. Os investimentos em telefonia fixa foram 25,5%

menores do que os realizados em 2002, queda decorrente da constante busca pela maior eficiência operacional e da desaceleração econômica. Adicionalmente, R\$ 109,2 milhões foram destinados à telefonia móvel e R\$ 356,7 milhões foram desembolsados nas aquisições de Globenet, MetroRED e iBest.

Endividamento

R\$ Milhões	2003	2002	Varição 2003/2002
Curto Prazo	1.990	683	191,3%
Em R\$	1.865	553	237,4%
Em US\$	52	57	-8,9%
Em Cesta de Moedas	73	73	-0,6%
Longo Prazo	2.646	4.399	-39,9%
Em R\$	2.271	3.878	-41,4%
Em US\$	193	277	-30,3%
Em Cesta de Moedas	181	244	-25,6%
Dívida Total	4.636	5.082	-8,8%
(-) Caixa	1.466	1.423	3,0%
Dívida Líquida	3.170	3.659	-13,4%
(-) Mútuo BRP	1.498	1.525	-1,8%
Dívida Líquida (Ex Mútuo BRP)	1.672	2.134	-21,6%

Ao final de 2003, a dívida líquida totalizava R\$ 3.170,1 milhões, uma queda de R\$ 488,8 milhões em relação à observada em 2002. É importante mencionar que, da dívida líquida, R\$ 1.497,8 milhões foram obtidos junto à Brasil Telecom Participações S.A. Excluindo os recursos provenientes da Brasil Telecom Participações S.A., a dívida líquida era de R\$ 1.672,2 milhões ao final de 2003, 21,6% inferior à registrada em 2002.

Ao final do ano, a dívida total era de R\$ 4.635,8 milhões, cujo custo médio acumulado no ano foi de 18,3%, ou 78,5% do CDI no mesmo período.

Da dívida total, R\$ 245,6 milhões eram denominados em dólares e R\$ 253,9 milhões em cesta de moedas, sendo que 58,4% estavam protegidos contra variação cambial.

A relação dívida líquida/patrimônio líquido era de 47,6% ao final de 2003, contra 52,5% ao final de 2002. Excluindo a dívida com a Controladora, a relação dívida líquida/patrimônio líquido era de 25,1% ao final de 2003.

Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa da Brasil Telecom são orientadas pelo Estatuto Social e pelo Manual de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários e têm como objetivo garantir a qualidade e a transparência da informação divulgada ao mercado, bem como proteger os interesses dos acionistas. Acionistas controladores, conselheiros, executivos e demais

colaboradores que tenham acesso a informações relevantes assinam um termo de adesão ao Manual, cuja finalidade é assegurar elevados padrões de conduta e de transparência.

Em 9 de maio de 2002, a Brasil Telecom aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), representando o setor de telecomunicações no Índice de Governança Corporativa (IGC), o qual é composto por um grupo de companhias de capital aberto que adotam políticas que primam pela qualidade e precisão das informações prestadas ao mercado.

Fortalecimento dos Processos e do Ambiente de Controles Internos

O fortalecimento dos processos e do ambiente de controles internos é parte integrante e compromisso comum a todas as áreas da Empresa, e seus respectivos gestores avaliam permanentemente seus processos e controles de forma relacionada à rotina do negócio, aos relatórios financeiros e aos aspectos de cumprimento e conformidade. Paralelamente, a auditoria interna direciona suas atividades para as áreas de maior relevância e impacto nas operações, revisando processos e controles à luz das melhores práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento de riscos requer a difusão dos seus conceitos e a solidificação dos mesmos na cultura corporativa, sendo essencial a adoção de uma linguagem uniforme. Por filosofia e antecipando-se às atuais exigências regulamentares, a Brasil Telecom aproxima a

Governança Corporativa das atividades de controle, implementando mecanismos para garantir a integridade dos principais processos operacionais. Portanto, ao longo do ano de 2004, a Companhia estará envolvida em um grande esforço para concluir as etapas de avaliação do ambiente de riscos e de controles em cada área de riscos, permitindo o seu monitoramento constante e a auto-avaliação dos controles. Este projeto será conduzido pelos executivos da Companhia com o auxílio de consultoria especializada e utilizará metodologia e ferramentas de suporte dentre aquelas mundialmente reconhecidas, o que permitirá à Companhia cumprir também as exigências necessárias à Certificação exigida no âmbito da Lei Sarbanes-Oxley.

Oferta pública de ações

No dia 21 de outubro de 2003, a CVM concedeu registro de Oferta Pública de permuta de ações ordinárias por ações preferenciais, de emissão da Brasil Telecom S.A., na condição de Companhia Objeto, a ser conduzida pela Brasil Telecom Participações S.A., na condição de Ofertante.

A Ofertante se dispôs a adquirir até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Brasil Telecom S.A. em circulação no mercado que, conforme edital publicado no dia 31 de outubro de 2003, representava 2,96% do capital votante, por meio de permuta de ações preferenciais de emissão da Companhia Objeto por ela detidas. A relação de troca foi de uma ação ordinária por uma ação preferencial.

O principal objetivo da Ofertante foi permitir, ao acionista detentor de ações ordinárias da Brasil Telecom S.A. (BRT03), a participação em um ativo mais líquido. O sucesso da operação está comprovado na redução das ações ordinárias em circulação no mercado de 2,96% para 0,95%.

Recuperação de ações

Em reunião realizada no dia 5 de agosto de 2003, o Conselho de Administração da Brasil Telecom S.A. aprovou o Programa de Recuperação de Ações Preferenciais de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. Pelo Programa, a Companhia poderá adquirir até 18.078.192.282 ações preferenciais, que representam 10% do total das ações preferenciais em circulação no mercado, pelo prazo de 365 dias. No dia 31 de dezembro de 2003, a Brasil Telecom S.A. possuía 5.718.771.117 ações preferenciais em tesouraria.

Auditoria independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381/03, a Brasil Telecom S.A. informa que a KPMG Auditores Independentes, contratada em 2002 para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, não prestou depois dessa data serviços não

relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato firmado.

Assembléia geral

De acordo com o Estatuto Social, a Assembléia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento das mesmas.

As Assembléias Gerais da Brasil Telecom S.A. são convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração com, no mínimo, 15 dias de antecedência em primeira convocação e dez dias em segunda convocação.

A Assembléia Geral se reúne ordinariamente nos quatro primeiros meses subsequentes ao término de cada exercício social, para (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração. A Assembléia Geral se reúne, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por sete membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um membro indicado pelos acionistas preferencialistas. O Conselho se reúne ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente ou por dois Conselheiros, com antecedência mínima de dez dias, e delibera por maioria de votos, desde que a maioria de seus membros esteja presente. Em 2003, o Conselho de Administração da Companhia se reuniu 10 vezes. Conselho Fiscal

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho Fiscal, órgão responsável por fiscalizar a administração da Companhia, deve ser composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

O Conselho Fiscal se reúne ordinariamente a cada trimestre e se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros.

O Conselho Fiscal da Companhia, que possui mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2004, se reuniu sete vezes ao longo de 2003.

Política de Remuneração aos Acionistas

Os acionistas da Brasil Telecom são remunerados com dividendos ou juros sobre capital próprio de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o estabelecido na Lei 6.404/76 e no Estatuto Social. O Estatuto assegura às ações preferenciais

prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo equivalente a 3% do valor do patrimônio líquido de cada ação, sempre que o dividendo calculado de acordo com esse critério superar o valor do dividendo de 6% do valor do capital social por ação. A Companhia tem adotado o procedimento de remunerar de forma equitativa

os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, atribuindo-lhes a remuneração mínima equivalente a 3% do valor do patrimônio líquido de cada ação.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP)

Exercício	Tipo	Crédito nos registros contábeis	Base da posição acionária	Pagamento	Valor bruto (R\$/lote de 1.000 ações)	Valor líquido (R\$/lote de 1.000 ações)
2003	JSCP	31/03/2003	09/04/2003	a definir	0,233707543	0,198651411
2003	JSCP	31/01/2003	07/02/2003 ¹	a definir	0,224508762	0,190832447
2003	Ágio	28/12/2000	28/12/2000	16/05/2003	0,025894258	0,025894258

¹ Posição sem o aumento de capital

Mercado Acionário

A Bovespa encerrou o ano de 2003 não apenas com o melhor desempenho dos últimos quatro anos, mas também atingiu seu recorde histórico: 22.236 pontos. A valorização de 97,3% foi a melhor do mercado de ações brasileiro desde a registrada em 1999. O desempenho da Bovespa foi decorrente das melhores perspectivas relacionadas à economia brasileira, que reverteu o processo de queda que o mercado acionário vivenciou por três anos consecutivos.

No ano, a Bovespa movimentou um volume financeiro de R\$ 204,5 bilhões, 47,2% superior ao giro de 2002, que foi de R\$ 138,9 bilhões. A média

diária de operações em 2003 foi de R\$ 818,3 milhões e 39.597 negócios, ante a média do ano anterior, de R\$ 558,1 milhões e 28.173 negócios.

Ao final de 2003, o índice Dow Jones atingiu seu nível mais alto, 10.425 pontos. No ano, o Dow Jones subiu 25,3%, interrompendo a seqüência de três anos consecutivos de perdas. Impulsionados pela alta no mercado americano, os ADRs da Brasil Telecom S.A. (BTM) apresentaram valorização maior que o índice, chegando a 52,2%. As ações ordinárias (BRTO3) e preferenciais (BRTO4) da Brasil Telecom S.A. valorizaram-se 41,2% e 29,6%, respectivamente, em 2003.

Evolução das Cotações das Ações

	Preço de fechamento em 30/Dez/03	Em Dezembro	Em 2003	Em 24 meses	Em 36 meses
Ações Ordinárias (BRTO3) (em R\$/1.000 ações)	15,95	11,5%	41,2%	51,9%	2,6%
Ações Preferenciais (BRTO4) (em R\$/1.000 ações)	15,20	-0,1%	29,6%	15,2%	-6,2%
ADR (BTM) (em US\$)	15,86	4,7%	52,2%	-10,6%	N.A. ¹
Ibovespa (pontos)	22.236	10,2%	97,3%	63,8%	45,7%
Itel (pontos)	888	11,0%	66,8%	32,9%	-0,9%
IGC (pontos)	1.845	14,4%	79,7%	82,5%	N.A. ²
Dow Jones (pontos)	10.425	5,3%	25,0%	4,0%	-3,4%

¹ Os ADRs da Brasil Telecom S.A. começaram a ser negociados na New York Stock Exchange – NYSE em 16 de novembro de 2001.

² O IGC foi constituído em junho de 2001.

Quadro de Pessoal

A Brasil Telecom encerrou o ano com 5.260 colaboradores próprios, uma redução de 5,5% em relação ao ano anterior, decorrente da centralização de algumas atividades e da otimização de processos. A redução não foi maior em função das novas empresas que passaram a fazer parte do grupo. No entanto, a Brasil Telecom buscou a obtenção de sinergias, impedindo a redundância de pessoal frente às aquisições realizadas.

Quantidade de Colaboradores por Empresa

Empresa	2003	2002	Variação
Brasil Telecom S.A. (BT)	5.064	5.549	-8,7%
BrT Serviços de Internet S.A. (BrTSI)	22	16	37,5%
Brasil Telecom Celular (BT Cel)	71	0	-
Globenet	23	0	-
iBest	80	0	-
Total	5.260	5.565	-5,5%

Com relação à distribuição por função, as principais alterações no quadro de pessoal próprio em relação a 2002 foram relacionadas às áreas de marketing e vendas e às centrais de atendimento, que tiveram seus quadros ampliados, seguindo a estratégia da Empresa voltada para a expansão do mercado e para o aumento da satisfação do cliente.

Do total de 5.260 colaboradores, 144 estavam licenciados ao final de 2003, não fazendo parte da força de trabalho efetiva da Brasil Telecom. Deve-se destacar o esforço desenvolvido no desligamento de licenciados, obtendo-se uma redução de 40% no efetivo específico.

Terceiros

As empresas que prestam serviços para a Brasil Telecom, nas áreas de *call center*, manutenção e operação das plantas interna e externa, limpeza, vigilância, segurança empresarial e manutenção de sistemas, empregavam 23.207 empregados ao final de 2003, contra 23.329 no ano anterior.

DVA

O valor adicionado a distribuir pela Brasil Telecom em 2003 totalizou R\$ 7.907,2 bilhões, superando em 18,9% o registrado no ano anterior. As principais alterações em relação à distribuição do valor adicionado podem ser resumidas em:

- Aumento de 7,7% na parcela referente ao governo;
- Aumento de 38,2% na parcela relativa aos rentistas, basicamente composta por despesas financeiras;
- Estabilidade na parcela referente a salários;
- Redução da parcela que cabe aos acionistas, em função do resultado do período que foi influenciado por provisões para contingências e baixa de ativos.

Demonstração do Valor Adicionado Consolidado – DVA

R\$ Milhões	2003		2002	
(+) Receitas	10.897,9	137,8%	9.684,8	138,6%
Receitas de serviços	11.077,4	140,1%	9.839,7	140,9%
Outras Receitas	238,2	3,0%	206,1	3,0%
Descontos, Provisões e Perdas com Contas a Receber	(417,7)	-5,3%	(361,0)	-5,2%
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.294,2)	-41,7%	(2.902,9)	-41,6%
Materiais	(89,7)	-1,1%	(85,3)	-1,2%
Serviços	(3.146,5)	-39,8%	(2.766,7)	-39,6%
Outras Destinações a Terceiros	(58,0)	-0,7%	(439,0)	-6,3%
(=) Valor adicionado	7.603,7	96,2%	6.781,9	97,1%
Valor adicionado de terceiros (receitas financeiras, equivalência patrimonial e dividendos recebidos)	303,5	3,8%	203,8	2,9%
(=) Valor adicionado a distribuir	7.907,2	100,0%	6.985,7	100,0%
(=) Distribuição do Valor Adicionado	(7.907,2)	-100,0%	(6.985,7)	-100,0%
(+) Remuneração pelo trabalho (salários, adicionais e benefícios)	(378,0)	-4,8%	(367,1)	-5,3%
(+) PDI - Programa de Desligamento Incentivado	0,0	0,0%	(5,0)	-0,1%
(+) Governo (impostos, contribuições, taxas e previdência social)	(3.157,0)	-39,9%	(2.930,8)	-42,0%
(+) Rentistas (juros, aluguéis, arrendamento)	(1.490,4)	-18,8%	(1.079,3)	-15,4%
(+) Acionistas (dividendos/lucro remanescente)	25,3	0,3%	(440,1)	-6,3%
(+) Valor retido (depreciação, amortização e lucros retidos)	(2.907,1)	-36,8%	(2.163,4)	-31,0%

Demonstrações Financeiras

(Fonte: CVM/DFP – 31/12/03 – Legislação Societária - R\$ mil)

CONTROLADORA ATIVO		31/12/03	AV	31/12/02	AV	31/12/01	AV
1	Ativo Total	14.997.028	100,0%	15.219.953	100,0%	14.052.227	100,0%
1.01	Ativo Circulante	3.918.130	26,1%	3.422.330	22,5%	2.074.976	14,8%
1.01.01	Disponibilidades	1.413.334	9,4%	1.377.432	9,1%	331.258	2,4%
1.01.02	Créditos	1.850.940	12,3%	1.548.634	10,2%	1.230.937	8,8%
1.01.02.01	Contas A Receber De Serviços	1.850.940	12,3%	1.548.634	10,2%	1.230.937	8,8%
1.01.03	Estoques	8.042	0,1%	23.309	0,2%	8.351	0,1%
1.01.04	Outros	645.814	4,3%	472.955	3,1%	504.430	3,6%
1.01.04.01	Empréstimos E Financiamentos	1.963	0,0%	1.525	0,0%	622	0,0%
	Tributos Diferidos E A						
1.01.04.02	Compensar	492.745	3,3%	313.041	2,1%	310.022	2,2%
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	40.363	0,3%	724	0,0%	58.663	0,4%
1.01.04.04	Outros Ativos	110.743	0,7%	157.665	1,0%	135.123	1,0%
1.02	Ativo Realizável A Longo Prazo	1.304.969	8,7%	1.170.201	7,7%	992.317	7,1%
1.02.01	Créditos Diversos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.02.02	Créditos Com Pessoas Ligadas	6.965	0,0%	65.654	0,4%	33.367	0,2%
1.02.02.01	Com Coligadas	6.965	0,0%	1.809	0,0%	30.000	0,2%
1.02.02.02	Com Controladas	0	0,0%	63.845	0,4%	3.367	0,0%
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.02.03	Outros	1.298.004	8,7%	1.104.547	7,3%	958.950	6,8%
1.02.03.01	Empréstimos E Financiamentos	7.513	0,1%	6.554	0,0%	5.169	0,0%
	Tributos Diferidos E A						
1.02.03.02	Compensar	732.010	4,9%	657.725	4,3%	665.797	4,7%
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	417.610	2,8%	331.364	2,2%	198.050	1,4%
1.02.03.04	Estoques	19.053	0,1%	39.862	0,3%	50.576	0,4%
1.02.03.05	Outros Ativos	121.818	0,8%	69.042	0,5%	39.358	0,3%
1.03	Ativo Permanente	9.773.929	65,2%	10.627.422	69,8%	10.984.934	78,2%
1.03.01	Investimentos	540.975	3,6%	129.059	0,8%	87.226	0,6%
1.03.01.01	Participações Em Coligadas	97.485	0,7%	36.018	0,2%	3.870	0,0%
1.03.01.02	Participações Em Controladas	377.449	2,5%	26.840	0,2%	18.341	0,1%
1.03.01.03	Outros Investimentos	66.041	0,4%	66.201	0,4%	65.015	0,5%
1.03.02	Imobilizado	8.632.200	57,6%	9.846.140	64,7%	10.333.900	73,5%
1.03.03	Diferido	600.754	4,0%	652.223	4,3%	563.808	4,0%
CONTROLADORA PASSIVO		31/12/03	AV	31/12/02	AV	31/12/01	AV
2	Passivo Total	14.997.028	100,0%	15.219.953	100,0%	14.052.227	100,0%
2.01	Passivo Circulante	3.902.759	26,0%	2.628.346	17,3%	2.669.851	19,0%
2.01.01	Empréstimos E Financiamentos	572.139	3,8%	553.431	3,6%	431.786	3,1%
2.01.02	Debêntures	1.418.137	9,5%	129.845	0,9%	98.875	0,7%
2.01.03	Fornecedores	896.789	6,0%	927.418	6,1%	1.207.410	8,6%
2.01.04	Impostos, Taxas E Contribuições	457.139	3,0%	363.199	2,4%	275.697	2,0%
2.01.04.01	Tributos Indiretos	435.782	2,9%	348.520	2,3%	271.681	1,9%
2.01.04.02	Tributos Sobre A Renda	21.357	0,1%	14.679	0,1%	4.016	0,0%
2.01.05	Dividendos A Pagar	247.242	1,6%	310.297	2,0%	230.483	1,6%
2.01.06	Provisões	76.531	0,5%	95.376	0,6%	105.071	0,7%
2.01.06.01	Provisões Para Contingências	48.509	0,3%	3.232	0,0%	63.403	0,5%
	Provisões Para Fundos De						
2.01.06.02	Pensão	28.022	0,2%	92.144	0,6%	41.668	0,3%
2.01.07	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.01.08	Outros	234.782	1,6%	248.780	1,6%	320.529	2,3%

2.01.08.01	Pessoal, Encargos E Benefícios Sociais	59.417	0,4%	43.808	0,3%	91.459	0,7%
	Consignações A Favor De						
2.01.08.02	Terceiros	49.009	0,3%	78.609	0,5%	83.809	0,6%
2.01.08.03	Participações No Resultado	46.242	0,3%	39.060	0,3%	50.101	0,4%
2.01.08.04	Outras Obrigações	80.114	0,5%	87.303	0,6%	95.160	0,7%
2.02	Passivo Exigível A Longo Prazo	4.422.381	29,5%	5.617.040	36,9%	4.507.072	32,1%
2.02.01	Empréstimos E Financiamentos	1.735.563	11,6%	2.198.532	14,4%	2.204.489	15,7%
2.02.02	Debêntures	910.000	6,1%	2.200.000	14,5%	1.300.000	9,3%
2.02.03	Provisões	1.125.894	7,5%	795.688	5,2%	764.151	5,4%
2.02.03.01	Provisões Para Contingências	647.826	4,3%	385.992	2,5%	315.075	2,2%
	Provisões Para Fundos De						
2.02.03.02	Pensão	478.068	3,2%	409.696	2,7%	449.076	3,2%
2.02.04	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.02.05	Outros	650.924	4,3%	422.820	2,8%	238.432	1,7%
	Pessoal, Encargos E Benefícios Sociais						
2.02.05.01	Sociais	7.850	0,1%	11.439	0,1%	0	0,0%
2.02.05.02	Fornecedores	860	0,0%	4.123	0,0%	0	0,0%
2.02.05.03	Tributos Indiretos	582.495	3,9%	344.452	2,3%	182.815	1,3%
2.02.05.04	Tributos Sobre A Renda	26.491	0,2%	26.918	0,2%	21.027	0,1%
2.02.05.05	Outras Obrigações	25.254	0,2%	27.729	0,2%	26.431	0,2%
2.02.05.06	Recursos Capitalizáveis	7.974	0,1%	8.159	0,1%	8.159	0,1%
	Resultados De Exercícios						
2.03	Futuros	9.044	0,1%	11.032	0,1%	10.991	0,1%
2.05	Patrimônio Líquido	6.662.844	44,4%	6.963.535	45,8%	6.864.313	48,8%
2.05.01	Capital Social Realizado	3.373.097	22,5%	3.335.770	21,9%	3.296.179	23,5%
2.05.02	Reservas De Capital	1.524.953	10,2%	1.591.454	10,5%	1.647.290	11,7%
2.05.03	Reservas De Reavaliação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.03.02	Controladas/coligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04	Reservas De Lucro	273.244	1,8%	273.244	1,8%	251.238	1,8%
2.05.04.01	Legal	273.244	1,8%	273.244	1,8%	251.238	1,8%
2.05.04.02	Estatutária	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.03	Para Contingências	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.04	De Lucros A Realizar	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.05	Retenção De Lucros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Especial P/ Dividendos Não						
2.05.04.06	Distribuídos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.07	Outras Reservas De Lucro	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.05	Lucros/prejuízos Acumulados	1.491.550	9,9%	1.763.067	11,6%	1.669.606	11,9%

CONTROLADORA	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	01/01/2003 a 31/12/2003	AV	01/01/2002 a 31/12/2002	AV	01/01/2001 a 31/12/2001	AV
3.01	Receita Bruta De Vendas E/ou Serviços	11.063.096	139,6%	9.858.833	138,9%	8.458.496	137,3%
3.02	Deduções Da Receita Bruta	(3.140.943)	-39,6%	(2.759.951)	-38,9%	(2.300.088)	-37,3%
3.03	Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	7.922.153	100,0%	7.098.882	100,0%	6.158.408	100,0%
3.04	Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	(4.752.516)	-60,0%	(4.395.146)	-61,9%	(3.989.177)	-64,8%
3.05	Resultado Bruto	3.169.637	40,0%	2.703.736	38,1%	2.169.231	35,2%
3.06	Despesas/receitas Operacionais	(3.035.379)	-38,3%	(2.295.980)	-32,3%	(1.832.712)	-29,8%
3.06.01	Com Vendas	(947.010)	-12,0%	(835.355)	-11,8%	(722.556)	-11,7%
3.06.02	Gerais E Administrativas	(777.631)	-9,8%	(632.443)	-8,9%	(585.329)	-9,5%

3.06.02.01	Remuneração Dos Administradores	(6.748)	-0,1%	(5.612)	-0,1%	(4.384)	-0,1%
	Outras Despesas Gerais E						
3.06.02.02	Administrativas	(770.883)	-9,7%	(626.831)	-8,8%	(580.945)	-9,4%
3.06.03	Financeiras	(1.091.538)	-13,8%	(945.286)	-13,3%	(468.057)	-7,6%
3.06.03.01	Receitas Financeiras	293.351	3,7%	199.508	2,8%	178.120	2,9%
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.384.889)	-17,5%	(1.144.794)	-16,1%	(646.177)	-10,5%
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	269.830	3,4%	257.079	3,6%	248.976	4,0%
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(480.405)	-6,1%	(138.474)	-2,0%	(305.746)	-5,0%
	Resultado Da Equivalência Patrimonial	(8.625)	-0,1%	(1.501)	-0,0%	0	0,0%
3.07	Resultado Operacional	134.258	1,7%	407.756	5,7%	336.519	5,5%
3.08	Resultado Não Operacional	(471.721)	-6,0%	(138.710)	-2,0%	(141.736)	-2,3%
3.08.01	Receitas	54.934	0,7%	44.978	0,6%	219.965	3,6%
3.08.02	Despesas	(526.655)	-6,6%	(183.688)	-2,6%	(361.701)	-5,9%
	Resultado Antes						
3.09	Tributação/participações	(337.463)	-4,3%	269.046	3,8%	194.783	3,2%
	Provisão Para Ir E Contribuição Social	65.946	0,8%	(112.192)	-1,6%	(94.407)	-1,5%
3.11	Ir Diferido	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Participações/contribuições						
3.12	Estatutárias	0	0,0%	(41.387)	-0,6%	(50.833)	-0,8%
3.12.01	Participações	0	0,0%	(41.387)	-0,6%	(50.833)	-0,8%
3.12.02	Contribuições	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Reversão Dos Juros Sobre						
3.13	Capital Próprio	246.200	3,1%	324.650	4,6%	231.700	3,8%
3.15	Lucro/prejuízo Do Exercício	(25.317)	-0,3%	440.117	6,2%	281.243	4,6%

CONTROLADORA DOAR		01/01/2003 a	AV	01/01/2002 a	AV	01/01/2001 a	AV
		31/12/2003		31/12/2002		31/12/2001	
4.01	Origens	3.210.149	100,0%	4.341.645	100,0%	4.526.700	100,0%
4.01.01	Das Operações	3.107.668	96,8%	2.975.808	68,5%	2.485.410	54,9%
4.01.01.01	Lucro/prejuízo Do Exercício	(25.317)	-0,8%	440.117	10,1%	281.243	6,2%
	Vis. Que Não Repr. Mov. Cap.						
4.01.01.02	Circulante	3.132.985	97,6%	2.535.691	58,4%	2.204.167	48,7%
4.01.01.02.01	Depreciação E Amortização	2.195.376	68,4%	2.125.609	49,0%	1.998.466	44,1%
	Variações Monet. E Juros De						
4.01.01.02.02	Longo Prazo	105.086	3,3%	171.504	4,0%	61.660	1,4%
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	8.625	0,3%	1.501	0,0%	0	0,0%
4.01.01.02.04	Prov. Para Contingências	299.196	9,3%	17.188	0,4%	12.972	0,3%
	Lucro / Prejuizo Na Baixa De						
4.01.01.02.05	Imobilizado	350.552	10,9%	11.660	0,3%	13.108	0,3%
4.01.01.02.06	Tributos Indiretos	154.019	4,8%	154.751	3,6%	73.895	1,6%
4.01.01.02.07	Tributos Diretos Diferidos	23.720	0,7%	42.039	1,0%	53.986	1,2%
4.01.01.02.08	Outras	(3.589)	-0,1%	11.439	0,3%	(9.920)	-0,2%
4.01.02	Dos Acionistas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
4.01.03	De Terceiros	102.481	3,2%	1.365.837	31,5%	2.041.290	45,1%
	Aumento Do Exigível A Longo						
4.01.03.01	Prazo	23.731	0,7%	1.322.502	30,5%	1.966.635	43,4%
	Redução Do Realizável A Longo						
4.01.03.02	Prazo	45.167	1,4%	10.714	0,2%	43	0,0%
4.01.03.03	Outras	33.583	1,0%	32.621	0,8%	74.612	1,6%
4.02	Aplicações	3.988.762	100,0%	2.952.786	100,0%	4.603.245	100,0%
	Aumento Do Realizável A Longo						
4.02.01	Prazo	151.986	3,8%	181.685	6,2%	321.528	7,0%

4.02.02	Aumento Do Ativo Permanente	1.670.705	41,9%	1.773.284	60,1%	3.445.540	74,9%
4.02.03	Dividendos / Jscp	246.200	6,2%	324.650	11,0%	231.700	5,0%
4.02.04	Transf. Exigível Lp P/ Circulante	1.832.082	45,9%	571.797	19,4%	504.009	10,9%
	Transf. Ativo Circulante						
4.02.05	P/realizável Lp	53.674	1,3%	79.518	2,7%	60.861	1,3%
4.02.06	Aquisição De Ações Próprias	33.018	0,8%	21.852	0,7%	0	0,0%
4.02.07	Outras Aplicações	1.097	0,0%	0	0,0%	39.607	0,9%
	Acréscimo/decréscimo No Cap. Circulante	(778.613)		1.388.859		(76.545)	
4.04	Variação Do Ativo Circulante	495.800		1.347.354		(348.712)	
4.04.01	Ativo Circulante No Início Do Exercício	3.422.330		2.074.976		2.423.688	
	Ativo Circulante No Final Do Exercício	3.918.130		3.422.330		2.074.976	
4.04.02	Exercício	3.918.130		3.422.330		2.074.976	
4.05	Variação Do Passivo Circulante	1.274.413		(41.505)		(272.167)	
4.05.01	Passivo Circulante No Início Do Exercício	2.628.346		2.669.851		2.942.018	
	Passivo Circulante No Final Do Exercício	3.902.759		2.628.346		2.669.851	
4.05.02	Exercício	3.902.759		2.628.346		2.669.851	
1.01	Ativo Circulante	3.918.130		3.422.330		2.074.976	
1.02	Ativo Realizável A Longo Prazo	1.304.969		1.170.201		992.317	
2.01	Passivo Circulante	3.902.759		2.628.346		2.669.851	
2.01.01	Empréstimos E Financiamentos	572.139		553.431		431.786	
2.01.02	Debêntures	1.418.137		129.845		98.875	
2.01.07	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0		0		0	
2.02	Passivo Exigível A Longo Prazo	4.422.381		5.617.040		4.507.072	
2.02.01	Empréstimos E Financiamentos	1.735.563		2.198.532		2.204.489	
2.02.02	Debêntures	910.000		2.200.000		1.300.000	
2.02.04	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0		0		0	
2.05	Patrimônio Líquido	6.662.844		6.963.535		6.864.313	
	Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	7.922.153		7.098.882		6.158.408	
3.03	Serviços	7.922.153		7.098.882		6.158.408	
3.05	Resultado Bruto	3.169.637		2.703.736		2.169.231	
3.15	Lucro/prejuízo Do Exercício	(25.317)		440.117		281.243	

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS				
CONTROLADORA	FINANCEIROS	31/12/03	31/12/02	31/12/01
	LIQUIDEZ GERAL	0,63	0,56	0,43
	LIQUIDEZ CORRENTE	1,00	1,30	0,78
	ENDIVIDAMENTO TOTAL	1,25	1,18	1,05
	ENDIVIDAMENTO ONEROSO	0,70	0,73	0,59
	MARGEM BRUTA	40,01%	38,09%	35,22%
	MARGEM LÍQUIDA	-0,32%	6,20%	4,57%
	RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO	-0,38%	6,75%	4,27%

CONSOLIDADO	ATIVO	31/12/03	AV	31/12/02	AV	31/12/01	AV
1	Ativo Total	15.326.004	100,0%	15.390.526	100,0%	14.056.119	100,0%
1.01	Ativo Circulante	3.985.525	26,0%	3.469.740	22,5%	2.088.203	14,9%
1.01.01	Disponibilidades	1.465.765	9,6%	1.422.899	9,2%	331.363	2,4%
1.01.02	Créditos	1.859.713	12,1%	1.542.851	10,0%	1.230.937	8,8%
1.01.02.01	Contas A Receber De Serviços	1.859.713	12,1%	1.542.851	10,0%	1.230.937	8,8%

1.01.03	Estoques	8.042	0,1%	23.309	0,2%	8.351	0,1%
1.01.04	Outros	652.005	4,3%	480.681	3,1%	517.552	3,7%
1.01.04.01	Empréstimos E Financiamentos	2.446	0,0%	6.795	0,0%	622	0,0%
	Tributos Diferidos E A						
1.01.04.02	Compensar	501.281	3,3%	314.058	2,0%	310.025	2,2%
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	40.367	0,3%	724	0,0%	58.663	0,4%
1.01.04.04	Outros Ativos	107.911	0,7%	159.104	1,0%	148.242	1,1%
1.02	Ativo Realizável A Longo Prazo	1.363.061	8,9%	1.106.357	7,2%	988.950	7,0%
1.02.01	Créditos Diversos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.02.02	Créditos Com Pessoas Ligadas	6.965	0,0%	1.809	0,0%	30.000	0,2%
1.02.02.01	Com Coligadas	6.965	0,0%	1.809	0,0%	30.000	0,2%
1.02.02.02	Com Controladas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.02.03	Outros	1.356.096	8,8%	1.104.548	7,2%	958.950	6,8%
1.02.03.01	Empréstimos E Financiamentos	7.513	0,0%	6.554	0,0%	5.169	0,0%
	Tributos Diferidos E A						
1.02.03.02	Compensar	736.367	4,8%	657.726	4,3%	665.797	4,7%
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	417.610	2,7%	331.364	2,2%	198.050	1,4%
1.02.03.04	Estoques	19.053	0,1%	39.862	0,3%	50.576	0,4%
1.02.03.05	Outros Ativos	175.553	1,1%	69.042	0,4%	39.358	0,3%
1.03	Ativo Permanente	9.977.418	65,1%	10.814.429	70,3%	10.978.966	78,1%
1.03.01	Investimentos	286.418	1,9%	112.219	0,7%	68.885	0,5%
1.03.01.01	Participações Em Coligadas	97.485	0,6%	36.018	0,2%	3.870	0,0%
1.03.01.02	Participações Em Controladas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.03.01.03	Outros Investimentos	188.933	1,2%	76.201	0,5%	65.015	0,5%
1.03.02	Imobilizado	9.045.955	59,0%	10.040.469	65,2%	10.333.924	73,5%
1.03.03	Diferido	645.045	4,2%	661.741	4,3%	576.157	4,1%

CONSOLIDADO	PASSIVO	31/12/03	AV	31/12/02	AV	31/12/01	AV
2	Passivo Total	15.326.004	100,0%	15.390.526	100,0%	14.056.119	100,0%
2.01	Passivo Circulante	3.957.807	25,8%	2.623.923	17,0%	2.673.743	19,0%
2.01.01	Empréstimos E Financiamentos	572.139	3,7%	553.431	3,6%	431.786	3,1%
2.01.02	Debêntures	1.418.137	9,3%	129.845	0,8%	98.875	0,7%
2.01.03	Fornecedores	935.656	6,1%	919.041	6,0%	1.210.669	8,6%
2.01.04	Impostos, Taxas E Contribuições	461.878	3,0%	366.584	2,4%	275.697	2,0%
2.01.04.01	Tributos Indiretos	439.215	2,9%	351.905	2,3%	271.681	1,9%
2.01.04.02	Tributos Sobre A Renda	22.663	0,1%	14.679	0,1%	4.016	0,0%
2.01.05	Dividendos A Pagar	247.242	1,6%	310.297	2,0%	230.483	1,6%
2.01.06	Provisões	76.531	0,5%	95.376	0,6%	105.071	0,7%
2.01.06.01	Provisões Para Contingências	48.509	0,3%	3.232	0,0%	63.403	0,5%
	Provisões Para Fundos De						
2.01.06.02	Pensão	28.022	0,2%	92.144	0,6%	41.668	0,3%
2.01.07	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.01.08	Outros	246.224	1,6%	249.349	1,6%	321.162	2,3%
	Pessoal, Encargos E Benefícios						
2.01.08.01	Sociais	61.550	0,4%	44.090	0,3%	91.740	0,7%
	Consignações A Favor De						
2.01.08.02	Terceiros	51.747	0,3%	78.629	0,5%	83.847	0,6%
2.01.08.03	Participações No Resultado	49.006	0,3%	39.327	0,3%	50.415	0,4%
2.01.08.04	Outras Obrigações	83.921	0,5%	87.303	0,6%	95.160	0,7%
2.02	Passivo Exigível A Longo Prazo	4.693.915	30,6%	5.792.036	37,6%	4.507.072	32,1%
2.02.01	Empréstimos E Financiamentos	1.735.563	11,3%	2.198.532	14,3%	2.204.489	15,7%
2.02.02	Debêntures	910.000	5,9%	2.200.000	14,3%	1.300.000	9,2%
2.02.03	Provisões	1.128.304	7,4%	795.688	5,2%	764.151	5,4%

2.02.03.01	Provisões Para Contingências	650.236	4,2%	385.992	2,5%	315.075	2,2%
	Provisões Para Fundos De						
2.02.03.02	Pensão	478.068	3,1%	409.696	2,7%	449.076	3,2%
2.02.04	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.02.05	Outros	920.048	6,0%	597.816	3,9%	238.432	1,7%
	Pessoal, Encargos E Benefícios						
2.02.05.01	Sociais	7.871	0,1%	11.444	0,1%	0	0,0%
2.02.05.02	Fornecedores	860	0,0%	4.123	0,0%	0	0,0%
2.02.05.03	Tributos Indiretos	583.194	3,8%	344.452	2,2%	182.815	1,3%
2.02.05.04	Tributos Sobre A Renda	27.005	0,2%	26.918	0,2%	21.027	0,1%
	Autorização P/exploração						
2.02.05.05	Serv.telecomun.	211.847	1,4%	174.991	1,1%	0	0,0%
2.02.05.06	Outras Obrigações	81.297	0,5%	27.729	0,2%	26.431	0,2%
2.02.05.07	Recursos Capitalizáveis	7.974	0,1%	8.159	0,1%	8.159	0,1%
	Resultados De Exercícios						
2.03	Futuros	11.431	0,1%	11.032	0,1%	10.991	0,1%
2.04	Participações Minoritárias	7	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05	Patrimônio Líquido	6.662.844	43,5%	6.963.535	45,2%	6.864.313	48,8%
2.05.01	Capital Social Realizado	3.373.097	22,0%	3.335.770	21,7%	3.296.179	23,5%
2.05.02	Reservas De Capital	1.524.953	10,0%	1.591.454	10,3%	1.647.290	11,7%
2.05.03	Reservas De Reavaliação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.03.02	Controladas/coligadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04	Reservas De Lucro	273.244	1,8%	273.244	1,8%	251.238	1,8%
2.05.04.01	Legal	273.244	1,8%	273.244	1,8%	251.238	1,8%
2.05.04.02	Estatutária	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.03	Para Contingências	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.04	De Lucros A Realizar	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.05	Retenção De Lucros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Especial P/ Dividendos Não						
2.05.04.06	Distribuídos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.04.07	Outras Reservas De Lucro	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.05.05	Lucros/prejuízos Acumulados	1.491.550	9,7%	1.763.067	11,5%	1.669.606	11,9%

CONSOLIDADO	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	01/01/2003 a 31/12/2003	AV	01/01/2002 a 31/12/2002	AV	01/01/2001 a 31/12/2001	AV
3.01	Receita Bruta De Vendas E/ou Serviços	11.077.381	140,0%	9.839.680	139,1%	8.458.496	137,3%
3.02	Deduções Da Receita Bruta	(3.162.187)	-40,0%	(2.768.312)	-39,1%	(2.300.088)	-37,3%
3.03	Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	7.915.194	100,0%	7.071.368	100,0%	6.158.408	100,0%
3.04	Custo De Bens E/ou Serviços Vendidos	(4.853.373)	-61,3%	(4.446.632)	-62,9%	(3.989.177)	-64,8%
3.05	Resultado Bruto	3.061.821	38,7%	2.624.736	37,1%	2.169.231	35,2%
3.06	Despesas/receitas Operacionais	(2.921.228)	-36,9%	(2.217.746)	-31,4%	(1.832.712)	-29,8%
3.06.01	Com Vendas	(819.937)	-10,4%	(761.753)	-10,8%	(722.556)	-11,7%
3.06.02	Gerais E Administrativas	(795.336)	-10,0%	(630.939)	-8,9%	(585.329)	-9,5%
	Remuneração Dos						
3.06.02.01	Administradores	(7.094)	-0,1%	(5.612)	-0,1%	(4.384)	-0,1%
	Outras Despesas Gerais E						
3.06.02.02	Administrativas	(788.242)	-10,0%	(625.327)	-8,8%	(580.945)	-9,4%
3.06.03	Financeiras	(1.091.002)	-13,8%	(943.550)	-13,3%	(468.057)	-7,6%
3.06.03.01	Receitas Financeiras	302.563	3,8%	201.631	2,9%	178.120	2,9%
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.393.565)	-17,6%	(1.145.181)	-16,2%	(646.177)	-10,5%
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	270.362	3,4%	257.008	3,6%	248.976	4,0%

3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(485.315)	-6,1%	(138.512)	-2,0%	(305.746)	-5,0%
	Resultado Da Equivalência						
3.06.06	Patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
3.07	Resultado Operacional	140.593	1,8%	406.990	5,8%	336.519	5,5%
3.08	Resultado Não Operacional	(469.045)	-5,9%	(138.710)	-2,0%	(141.736)	-2,3%
3.08.01	Receitas	55.417	0,7%	44.978	0,6%	219.965	3,6%
3.08.02	Despesas	(524.462)	-6,6%	(183.688)	-2,6%	(361.701)	-5,9%
	Resultado Antes						
3.09	Tributação/participações	(328.452)	-4,1%	268.280	3,8%	194.783	3,2%
	Provisão Para Ir E Contribuição						
3.10	Social	58.017	0,7%	(111.426)	-1,6%	(94.407)	-1,5%
3.11	Ir Diferido	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Participações/contribuições						
3.12	Estatutárias	(1.076)	-0,0%	(41.387)	-0,6%	(50.833)	-0,8%
3.12.01	Participações	(1.076)	-0,0%	(41.387)	-0,6%	(50.833)	-0,8%
3.12.02	Contribuições	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Reversão Dos Juros Sobre						
3.13	Capital Próprio	246.200	3,1%	324.650	4,6%	231.700	3,8%
3.14	Participações Minoritárias	14	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
3.15	Lucro/prejuízo Do Exercício	(25.297)	-0,3%	440.117	6,2%	281.243	4,6%

CONSOLIDADO	DOAR	01/01/2003 a 31/12/2003	AV	01/01/2002 a 31/12/2002	AV	01/01/2001 a 31/12/2001	AV
4.01	Origens	3.262.596	100,0%	3.990.820	100,0%	4.526.700	100,0%
4.01.01	Das Operações	3.112.616	95,4%	2.976.290	74,6%	2.485.410	54,9%
4.01.01.01	Lucro/prejuízo Do Exercício	(25.297)	-0,8%	440.117	11,0%	281.243	6,2%
	Vls. Que Não Repr. Mov. Cap.						
4.01.01.02	Circulante	3.137.913	96,2%	2.536.173	63,6%	2.204.167	48,7%
4.01.01.02.01	Depreciação E Amortização	2.206.422	67,6%	2.126.677	53,3%	1.998.466	44,1%
	Variações Monet. E Juros De						
4.01.01.02.02	Longo Prazo	105.146	3,2%	172.414	4,3%	61.660	1,4%
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
4.01.01.02.04	Provisão Para Contingências	299.141	9,2%	17.188	0,4%	12.972	0,3%
	Lucro / Prejuízo Na Baixa De						
4.01.01.02.05	Imobilizado	347.885	10,7%	11.660	0,3%	13.108	0,3%
4.01.01.02.06	Tributos Indiretos	154.019	4,7%	154.751	3,9%	73.895	1,6%
4.01.01.02.07	Tributos Diretos Diferidos	23.720	0,7%	42.039	1,1%	53.986	1,2%
4.01.01.02.08	Participação Minoritária	-14	-0,0%	0	0,0%	0	0,0%
4.01.01.02.09	Outras	1.594	0,0%	11.444	0,3%	(9.920)	-0,2%
4.01.02	Dos Acionistas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
4.01.03	De Terceiros	149.980	4,6%	1.014.530	25,4%	2.041.290	45,1%
	Aumento Do Exigível A Longo						
4.01.03.01	Prazo	23.731	0,7%	969.324	24,3%	1.966.635	43,4%
	Transf. Do Realizável Lp P/						
4.01.03.02	Circulante	48.413	1,5%	10.714	0,3%	43	0,0%
4.01.03.03	Ccl Incorporado Ibest E Globenet	39.300	1,2%	0	0,0%	0	0,0%
4.01.03.04	Outras	38.536	1,2%	34.492	0,9%	74.612	1,6%
4.02	Aplicações	4.080.695	100,0%	2.559.463	100,0%	4.593.910	100,0%
	Aumento Do Realizável A Longo						
4.02.01	Prazo	155.666	3,8%	112.118	4,4%	318.161	6,9%
4.02.02	Aumento Do Ativo Permanente	1.757.201	43,1%	1.977.698	77,3%	3.439.572	74,9%
4.02.03	Dividendos / Jscp	246.200	6,0%	324.650	12,7%	231.700	5,0%
4.02.04	Transf. Exigível Lp P/ Circulante	1.832.877	44,9%	43.627	1,7%	504.009	11,0%
	Transf. Do Ativo Circulante						
4.02.05	P/realiz. Lp	53.674	1,3%	79.518	3,1%	60.861	1,3%

4.02.06	Aquisição De Ações Próprias	33.018	0,8%	21.852	0,9%	0	0,0%
4.02.07	Outras Aplicações	2.059	0,1%	0	0,0%	39.607	0,9%
	Acréscimo/decréscimo No Cap.						
4.03	Circulante	(818.099)		1.431.357		(67.210)	
4.04	Varição Do Ativo Circulante	515.785		1.381.537		(335.485)	
4.04.01	Ativo Circulante No Início Do Exercício	3.469.740		2.088.203		2.423.688	
4.04.02	Ativo Circulante No Final Do Exercício	3.985.525		3.469.740		2.088.203	
4.05	Varição Do Passivo Circulante	1.333.884		(49.820)		(268.275)	
4.05.01	Passivo Circulante No Início Do Exercício	2.623.923		2.673.743		2.942.018	
4.05.02	Passivo Circulante No Final Do Exercício	3.957.807		2.623.923		2.673.743	
1.01	Ativo Circulante	3.985.525		3.469.740		2.088.203	
1.02	Ativo Realizável A Longo Prazo	1.363.061		1.106.357		988.950	
2.01	Passivo Circulante	3.957.807		2.623.923		2.673.743	
2.01.01	Empréstimos E Financiamentos	572.139		553.431		431.786	
2.01.02	Debêntures	1.418.137		129.845		98.875	
2.01.07	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0		0		0	
2.02	Passivo Exigível A Longo Prazo	4.693.915		5.792.036		4.507.072	
2.02.01	Empréstimos E Financiamentos	1.735.563		2.198.532		2.204.489	
2.02.02	Debêntures	910.000		2.200.000		1.300.000	
2.02.04	Dívidas Com Pessoas Ligadas	0		0		0	
2.05	Patrimônio Líquido	6.662.844		6.963.535		6.864.313	
	Receita Líquida De Vendas E/ou Serviços	7.915.194		7.071.368		6.158.408	
3.03	Resultado Bruto	3.061.821		2.624.736		2.169.231	
3.15	Lucro/prejuízo Do Exercício	(25.297)		440.117		281.243	

CONSOLIDADO	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	31/12/03	31/12/02	31/12/01
	LIQUIDEZ GERAL	0,62	0,54	0,43
	LIQUIDEZ CORRENTE	1,01	1,32	0,78
	ENDIVIDAMENTO TOTAL	1,30	1,21	1,05
	ENDIVIDAMENTO ONEROSO	0,70	0,73	0,59
	MARGEM BRUTA	38,68%	37,12%	35,22%
	MARGEM LÍQUIDA	-0,32%	6,22%	4,57%
	RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO	-0,38%	6,75%	4,27%

Parecer dos Auditores Independentes

(Fonte: CVM/DFP – 31/12/03)

“Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Brasil Telecom S.A.
Brasília - DF

Examinamos os balanços patrimoniais da Brasil Telecom S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Telecom S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada desta Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria, aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

18 de março de 2004

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-014.428-“S”-DF

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052.428/O-“S”-DF”

Das Informações

A empresa manteve atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM e as informações junto ao agente fiduciário durante o período a que se refere este relatório. Este agente fiduciário não tem conhecimento de eventual omissão ou inverdade contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, de inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela companhia.

Declaração

A Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. declara que encontra-se plenamente apta a continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da emissão a que se refere este relatório que não tem conhecimento de eventual omissão ou inverdade contida nas informações divulgadas pela companhia, ainda, de inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informação pela companhia.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2004

Carlos Alberto Bacha Rinaldo Rabello Ferreira
Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agente Fiduciário

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2004

BRASIL TELECOM S.A.

SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B
71215-000
Brasília - DF

At.: Sra. Carla Cico

Diretora de Relações com Investidores

Prezados Senhores,

Na qualidade de agente fiduciário da 3ª emissão de debêntures da **Brasil Telecom S.A.** apresentamos a V.S.as. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 28, de 23 de novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A versão eletrônica deste relatório encontra-se também disponível em nosso website www.pavarini.com.br.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Bacha Rinaldo Rabello Ferreira
Pavarini DTVM Ltda.
Agente Fiduciário

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2004

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, 111
Nesta

Prezados Senhores,

Na qualidade de agente fiduciário da 3ª emissão de debêntures da **Brasil Telecom S.A.** apresentamos a V.S.as. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 28, de 23 de novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pavarini.com.br.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Bacha
Pavarini DTVM Ltda.
Agente Fiduciário

Rinaldo Rabello Ferreira

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2004

Banco Santander Brasil S.A.

Rua Amador Bueno, 474 Bloco C 3º andar
04752-000
São Paulo – SP

At.: Debt Capital Markets

Prezados Senhores,

Na qualidade de agente fiduciário da 3ª emissão de debêntures da **Brasil Telecom S.A.** apresentamos a V.S.as. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 28, de 23 de novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pavarini.com.br.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Bacha Rinaldo Rabello Ferreira
Pavarini DTVM Ltda.
Agente Fiduciário